

cadernos

IHU

ano 9  
nº 34  
2011

# Mutações no mundo do trabalho

A concepção de trabalho de jovens pobres

André Langer

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

Os **Cadernos IHU** divulgam pesquisas, produzidas por professores/pesquisadores e por alunos de pós-graduação, e trabalhos de conclusão de alunos de graduação, nas áreas de concentração ética, trabalho e teologia pública. A periodicidade é bimensal.

# Mutações no mundo do trabalho

A concepção de trabalho de jovens pobres

André Langer

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling

*Gerente administrativo*

Jacinto Aloisio Schneider

**Cadernos IHU**

Ano 9 – Nº 34 – 2011

ISSN: 1806-003X

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Aitziber Mugarra – Universidade de Deusto-Espanha – Doutora em Ciências Econômicas e Empresariais

Prof. Dr. André Filipe Z. de Azevedo – Unisinos – Doutor em Economia

Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz – Unisinos – Doutor em Filosofia

Dr. Daniel Navas Vega – Centro Internacional de Formação-OIT-Itália – Doutor em Ciências Políticas

Prof. Dr. Edison Gastaldo – Unisinos – Pós-Doutor em Multimeios

Profa. Dra. Élide Hennington – Fundação Oswaldo Cruz – Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Jaime José Zitkosky – UFRGS – Doutor em Educação

Prof. Dr. José Ivo Follmann – Unisinos – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos – Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Doutor em História Econômica

*Responsável técnico*

Marcelo Leandro dos Santos

*Revisão*

Isaque Gomes Correa

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590-8223 – Fax: 51.3590-8467

[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Sumário

<i>Introdução</i> .....	4
<i>1. As novas tecnologias da informação e da comunicação e os jovens pobres</i> .....	8
<i>2. Fragmentos de trabalho</i> .....	14
<i>3. Espremidos entre as exigências do mercado e o desemprego</i> .....	23
<i>4. Vivências do tempo e sociabilidades</i> .....	35
<i>Considerações finais</i> .....	38
<i>Referências bibliográficas</i> .....	41

# Introdução

Após décadas de retração envolvendo o interesse pelo tema da juventude nas Ciências Sociais, verifica-se o seu retorno ao cenário. Multiplicam-se, nas Ciências Sociais, as pesquisas e os estudos acerca da compreensão multifacetária desta realidade, reflexo das complexas tramas que compõem a sociedade. A juventude constitui-se, pois, em encruzilhada por onde transitam as diversas problemáticas sociais da atualidade: trabalho, educação, cultura, tecnologias, gênero, violência, vulnerabilidades, etc.

Ao mesmo tempo, a grande maioria dos estudos realizados na Sociologia do Trabalho diz respeito ao mundo do trabalho formal/assalariado realizado em empresas. Não que não seja necessário e importante.

Entretanto, a nossa curiosidade intelectual nos levou à seguinte questão: como vivem os jovens pobres urbanos que não estudam nem trabalham? As diversas tentativas de aproximação a esse universo juvenil e do trabalho, quase sempre invisibilizado, constituem as reflexões que seguem e que foram realizadas no quadro do doutoramento do seu autor.

O objetivo a ser perseguido foi o de estudar a maneira como jovens pobres encaram o trabalho, no contexto das grandes transformações que se processam no mundo do trabalho; como compreendem o trabalho e o lugar que ocupa em suas vidas. Trata-se de analisar a forma como enfrentam as dificuldades relativas à entrada no mercado de trabalho e o desemprego; como vivem o tempo disponível. As estratégias de resistência que constroem.

Os impactos das transformações em curso no capitalismo sobre o trabalho são enormes, representados, por um lado, pelo desmonte da sociedade de bem-estar social. No caso brasileiro, sempre tivemos uma legislação trabalhista relativamente

flexível, mas que sofreu, assim, forte impacto de desregulamentação a partir da década de 1990. Esta é uma das faces da desestruturação produtiva e que resultou, no seu conjunto, em precarização do trabalho. Os empregos de qualidade tornaram-se um “privilegio” de poucos, ao lado dos quais convive a maioria dos “precários”.

O novo capitalismo reorganiza a economia do imaterial em torno de novas bases. O conhecimento e a inovação passam a ser os elementos caracterizadores e valorizadores deste momento da história e que impactam o trabalho. Surgem novos trabalhos para os quais são requeridas novas habilidades por parte dos trabalhadores. Os jovens pobres inserem-se – de maneira marginal – nesta nova economia. Mas, de modo mais geral, este tipo de economia – com as possibilidades de levar à barbárie que carrega – parece ser mais próxima do mundo cultural dos jovens – e, portanto, também pode representar uma possibilidade de emancipação.

Quanto ao trabalho, a análise se centra sobre as experiências de trabalho dos jovens pobres e suas características. Também tratamos de averiguar as buscas de emprego e seus critérios de seleção dos referidos empregos. E as vivências do desemprego.

A falta de experiência e a qualificação são duas das maiores atribulações dos jovens. Analisam as não seleções sempre em vista destes dois critérios. Responsabilizam-se pelo desemprego e não conseguem atinar para as causas estruturais decorrentes da reestruturação produtiva.

A análise do tempo surpreende pela maneira como se relacionam com ele. Quanto mais urge a necessidade de encontrar um emprego, mais o tempo cotidiano é longo e vazio. Quanto menos pressão houver nesse sentido, mais se percebe uma abertura para outras atividades sem fins lu-

crativos, realizadoras e gratificantes em termos de reconhecimento social. Os tempos destinados ao lazer e ao encontro com amigos e amigas assumem grande importância nesta fase da vida.

Para chegar a esses resultados, realizamos algumas delimitações. Centramos nosso foco sobre jovens pobres que não estudam nem trabalham, com idade entre 18 e 29 anos, moradores da região sul da cidade de Curitiba. A região sul da cidade de Curitiba foi escolhida por ser uma região em que as carências e algumas situações se apresentam mais graves que outras da cidade.

A idade de 18 anos é a fronteira etária que marca o momento em que escola e trabalho têm importância equivalente e a partir da qual o trabalho torna-se a atividade principal (ROCHA, 2008). Além disso, a idade de 18 anos é também um divisor de águas para os jovens homens, representado pelo serviço militar obrigatório. No seu caso, existem implicações sobre o trabalho, pois não raro as empresas deixam de contratá-los por essa razão. Para as jovens mulheres, é o período em que a maternidade passa a ser uma realidade.

O limite superior de 29 anos foi estabelecido em razão da sua utilização por órgãos governamentais e pesquisadores. Em decorrência das modificações socioculturais em andamento, esse patamar está sendo elevado em várias regiões do mundo. No Brasil, a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude (Ipea, 2008) já adotam a faixa que compreende os 15 aos 29 anos para designar a juventude.

A fim de nos aproximar dos jovens que se enquadram dentro dos critérios adotados, elaboramos um questionário e um roteiro de entrevistas. O questionário teve a intenção de servir de primeira aproximação aos jovens e de proporcionar informações básicas – e mínimas – relativas à sua situação socioeconômica. Os 14 questionários foram aplicados pessoalmente pelo autor da pesquisa. Com exceção de um, todos os demais questionários foram aplicados na moradia dos jovens.

A entrevista decorreu deste primeiro contato. Foram feitas 7 (sete) entrevistas, pois a metade

dos jovens que responderam ao questionário não aceitaram participar deste momento por diversas razões: timidez, vergonha ou mesmo porque não viam vantagem econômica nisso. As entrevistadas seguiram um roteiro prévio com destaque para a história pessoal, a formação/qualificação e o trabalho.

O trabalho de campo representou um duplo desafio: o contato com os jovens e a realização das entrevistas. Encontramos muitas dificuldades para contatar jovens que preenchessem os critérios adotados. Ainda que sua existência seja apontada em pesquisas, o fato é que são “invisíveis”, e isso por diversas razões.

Frustrado o contato direto recorrendo a lideranças locais, tivemos que recorrer a uma outra estratégia: contatar amigos e amigas da região, ao mesmo tempo lideranças sociais, para que nos ajudassem na indicação de nomes. Foi quando começaram a aparecer os resultados. E foi assim que chegamos a eles, por indicações, por outras afinidades, às vezes inclusive de parentesco. Chegamos a eles através de um caminho mais relacional, recorrendo à rede de informações pessoais.

As entrevistas com o Carlos<sup>1</sup>, Tina, Roberta, Paula, Antonio e Mariana foram realizadas em suas respectivas casas. A conversa com a Luzia se deu em lugar neutro. Dadas as condições precárias em que muitos moram – não apenas em termos de as moradias serem pequenas, mas também por morarem em áreas densamente povoadas –, exigiu por parte do entrevistador um esforço redobrado. Devido às condições físicas e de falta de privacidade, entrevistas foram realizadas na cozinha, na varanda que dá para a rua ou sentado em cima de cama. Também os sons de música alta da vizinhança, de conversas nos arredores, de barulho de máquina de lavar-roupa, do burburinho de crianças, fazem parte da “trilha sonora” das entrevistas. Tudo isso ajuda a compor o contexto em que o pesquisador deve mergulhar. Além desse ver, do ouvir, algumas outras conversas informais com pessoas não diretamente envolvidas na pesquisa ajudaram para reforçar aspectos das entrevistas ou

---

<sup>1</sup> Os nomes dos jovens são fictícios.

para complementar outras informações importantes para a compreensão do mundo em que vivem e de como se posicionam diante das dificuldades que encontram no cotidiano.

Pelas dificuldades que esses jovens encontram em termos de moradia, escolarização, acesso à cultura e ao lazer, e de trabalho, esses jovens têm todos os ingredientes para serem considerados excluídos da sociedade. Entretanto, vale a pergunta: esses jovens estão realmente excluídos da sociedade ou, ao contrário, vivem em situação de pobreza e de marginalização? Mais, eles próprios se sentem excluídos? Estamos convencidos de que eles fazem parte da nossa sociedade, mas, em decorrência de um conjunto de processos que envolvem inibições no tocante à sua formação/qualificação e ao trabalho, especialmente, estão situados ou são empurrados para as margens da sociedade, isto é, são empobrecidos. Vivem, segundo expressão de Castel, nas bordas da sociedade. Transitam no fio da navalha que separa a inclusão da exclusão. E assim estão obrigados a terem a “precariedade como destino” (CASTEL, 1998, p. 528).

Não que queiramos riscar do mapa da Sociologia o termo exclusão. Em vez disso, preferimos o de pobreza, não apenas pela longa tradição que tem. O conceito de exclusão, muito utilizado e popularizado, tem, a nosso ver, a inconveniência de centrar toda a atenção sobre os excluídos, esquecendo-se de questionar a própria sociedade. Há, hoje, no contexto das profundas transformações que envolvem também as grandes instituições das nossas sociedades, razões suficientes para, ao menos, colocar em dúvida os argumentos de que a sociedade em que vivemos é capaz de acolher os excluídos. O padrão é a sociedade e os “excluídos” precisam ser incorporados a ela. A sociedade é a afirmação, os excluídos, a negação. Mas, em que tipo de sociedade queremos que sejam incluídos? Nessa em que a escolarização e a qualificação deixam tanto a desejar? Nessa em que o trabalho de qualidade é um “privilegio” para poucos? Nessa em que se alimenta o consumismo como valor social e pessoal máximo, às custas inclusive dos direitos fundamentais mais básicos? Nessa em que se destrói a natureza e se

criam as condições que favorecem e acirram a mudança climática, cujos efeitos recaem majoritariamente sobre os pobres? A sociedade também precisa mudar, pois, do contrário, não poderá acolher em seu seio os ditos “excluídos”.

Uma contribuição importante para essa reflexão é feita por Martins (2003, p. 15), para quem não existe a exclusão, mas “certa fetichização da ideia da exclusão e certo reducionismo interpretativo que suprime as mediações que se interpõem entre a economia propriamente dita e outros níveis e dimensões da realidade social”. Para ele não existe exclusão, mas

*...vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam (MARTINS, 2003, p. 14. Os itálicos são do autor).*

A ideia de que não há exterior ao sistema também está presente em Negri e Hardt (2001) quando analisam a constituição daquilo que eles denominam de Império, ou seja, a nova ordem mundial resultante das amplas e profundas transformações ocorridas nas últimas décadas. Segundo eles, o “conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras” (NEGRI; HARDT, 2001, p. 14), isto é, não há mais nada que lhe seja exterior, não tem nenhuma fronteira territorial que confina a sua atuação. Mesmo as resistências a esse poder emergem necessariamente de dentro.

A noção de pobreza, ao contrário, a nosso ver, exprime com mais propriedade que eles são parte constitutiva desta sociedade. E que sua existência e presença são um constante questionamento a esta sociedade. O estado de pobreza em que se encontram é histórico e remonta às gerações anteriores. Não é, como a ideia de exclusão poderia dar a entender, um momento de privação, mas

uma constante. Através de uma rede espessa e pluriforme de relações, eles se comunicam com toda a sociedade e são por ela afetados constantemente. Eles nunca estiveram mais incluídos, para estarem atualmente excluídos. Realmente, nunca fizeram a experiência de estarem incluídos. Sempre foram pobres e, como tais, se enxergam.

O conceito “excluído” padece de um viés economicista e, como tal, é reducionista. Nem mesmo em termos de suas representações, desejos, sonhos, expressões culturais, os jovens estão fora da sociedade (REGUILLO CRUZ, 2006, p. 144), pois ali expressam de forma mais aguda o que querem da sociedade e como a imaginam.

Os jovens pobres transitam nesta margem fluida que ora os integra e ora os exclui. Por um lado, eles “exacerbam características de todos nós” e, por outro, “denunciam a nossa sociedade” (FEFFERMANN, 2005, p. 13). Ou seja, pode-se vê-los como a escória da nossa sociedade ou, antes, como seus juízes, o que certamente será mais consequente. É o “outro” que desnuda as ações, opções e estruturas injustas da nossa sociedade e

que questiona a sua falta de complacência para com os que se encontram nas bordas sociais.

Os jovens de periferia realizam, assim, uma ação recíproca em que são afetados pelas condições econômicas, sociais e culturais da sociedade em que estão inseridos, mas também afetam esta mesma sociedade, na medida em que propõem outras convenções. Suas manifestações de resistência ou culturais não visam apenas a eles próprios, mas o conjunto da sociedade. A criatividade e a curiosidade “fazem da juventude o espelho de toda a sociedade, uma espécie de paradigma dos problemas cruciais dos sistemas complexos” (MELUCCI, 2001, p. 102).

Achamos importante dizer isso, pois representa um fio condutor presente em toda a análise. Além disso, não se buscou os jovens em vista de sua inserção em algum grupo organizado, ainda que este aspecto fosse abordado por alguns deles.

Em vista desta publicação, organizamos as reflexões em torno de quatro questões: tecnologias da informação e comunicação, trabalho, escolarização/qualificação e vivências do tempo, compondo cada tópico um capítulo.

# 1 As novas tecnologias da informação e da comunicação e os jovens pobres

O capitalismo, no último quartel do século XX, passou por uma profunda transformação (POLANYI, 2000), que se refletiu no processo produtivo, na organização do trabalho (CASTEL; GORZ), nas relações sociais (CASTELLS) e nos aspectos mais propriamente culturais (MEAD, 1980; PERALVA, 1997; REGUILLO CRUZ, 2006; TOURAINE). No escopo deste trabalho, limitamo-nos a analisar o impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação sobre a sociedade e como elas são absorvidas pelos jovens.

Sem cair num determinismo tecnológico, a revolução tecnológica mostrou-se um componente importante para compreender a mutação experimentada em nossas sociedades no final do século passado e cujas consequências últimas ainda não foram totalmente exploradas.

Para referir-se a esse fenômeno, diversos estudiosos falam em “revolução” tecnológica. O novo paradigma tecnológico se apresentaria com a força de uma revolução tecnológica. Esta revolução foi sendo chamada de diversas maneiras, segundo o aspecto que o autor em questão procurava ressaltar: “revolução da microeletrônica” (GORZ, 1983), “terceira revolução industrial” (MATTOSO, 1995), “revolução informacional” (LOJKINE, 1995; CASTELLS, 2000). A pluralidade de nomenclatura revela a complexidade do fenômeno a ser apreendido e ainda inacabado em suas potencialidades.

Na análise de Castells (2000), um novo paradigma tecnológico teve lugar na década de 1970. Para ele, estamos adentrando numa revolução tecnológica informacional de consequências nada desprezíveis para a organização do trabalho e da produção.

A revolução não é a marca do cotidiano, que é marcado, antes, pela continuidade, pela rotina,

pela sucessão dos acontecimentos, pela sequencialidade. Às vezes, no entanto, esta sequência é quebrada pela ruptura, pela descontinuidade, pelo intervalo, pela bifurcação (PRIGOGINE, 1996), mesmo que as mudanças paradigmáticas não sejam vistas a olho nu no curto período de tempo (CASTELLS, 2000, p. 49). A revolução enfatiza uma mudança de qualidade, mais que uma mudança de quantidade.

É esta nova natureza da revolução que convém seja apreendida e compreendida para que se tenha uma correta compreensão da realidade e do rumo que os acontecimentos podem tomar, ou efetivamente estão tomando.

Na esteira de Karl Marx (1999), entendemos que a revolução tecnológica não entranha estritamente uma transformação da base instrumental. Pelo contrário, ela implica em transformações que afetam um conjunto de relações: com a natureza, do indivíduo consigo mesmo e de seu viver em sociedade. Marx dirá que “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 1999, p. 69).

Karl Polanyi (2000), em meados do século XX, faz uma retrospectiva do significado e do impacto dessa “revolução burguesa” sobre as sociedades capitalistas. Evidencia o alcance e a profundidade da “grande transformação” que culmina com a colocação no centro da sociedade do mercado, e, com ele, a economia.

A revolução está em que, sempre segundo Polanyi (2000), há no capitalismo uma mudança de centro. Nas sociedades tradicionais, as economias dos homens sempre estiveram submersas a suas

relações sociais, ou seja, o sistema econômico é sempre uma função da organização social (POLANYI, 2000, p. 63-69). Mas isso irá mudar drasticamente com o capitalismo, quando toda a sociedade será posta a serviço da economia. Entretanto, esse aspecto nem mesmo com a revolução tecnológica informacional será modificado substancialmente, ainda que essas novas tecnologias introduzam uma série de “incertezas” na condução da economia.

Gorz, nos anos 1960, chamava a atenção para o aspecto realmente “revolucionário” da mudança tecnológica que vinha se processando de forma ainda muito incipiente nas economias dos países do Primeiro Mundo. Para ele, a robótica, na indústria, possibilita “uma economia ao mesmo tempo dos investimentos (capital constante fixo), da mão de obra (capital variável) e das matérias-primas. Esta é a radical novidade. Ela justifica plenamente a expressão ‘revolução microeletrônica’” (GORZ, 1983, p. 68).

Lojkine (1995) fala em “revolução informacional”, revolução que nasce da “oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial” (LOJKINE, 1995, p. 14). Para ele, a revolução informacional se opõe à revolução industrial pelas três seguintes características: polifuncionalidade, flexibilidade e redes descentralizadas (LOJKINE, 1995, p. 73). Essas características estariam se opondo àquelas da revolução industrial, ou seja, a especialização, a estandardização e a reprodução rígida (*id., ib.*, p. 72). É isso o que realmente se vê que vai tomando corpo em nossas sociedades, especialmente entre os jovens que apresentam vantagens comparativas inegáveis no trato “familiar” com a tríade das materializações mais difundidas das tecnologias da informação e da comunicação, ou seja, a telefonia celular, o computador e a internet (CASTELLS, 2000; TORRES ALBERO, p. 2009).

A grande novidade da revolução informacional seria a alta potencialidade de criação, de circulação e de estocagem de imensa massa de infor-

mação antes monopolizada. Ela estaria empreendendo um caminho de superação das divisões de atividades e funções próprias da revolução industrial (LOJKINE, 1995, p. 14-15).

A revolução das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) abre novas e inauditas possibilidades. Para Castells,

as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da internet. Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas) (CASTELLS, 2000, p. 51).

Dessa maneira, a revolução tecnológica da informação “fornece a base material indispensável para uma nova economia” (CASTELLS, 2000, p. 87). A revolução tecnológica constitui-se num novo paradigma tecnológico, cujos aspectos centrais podem contribuir para a compreensão das atuais transformações.

Passamos, pois, a enumerar essas características, sempre a partir da análise realizada por Castells: as novas tecnologias se alimentam da informação e agem sobre esta; os efeitos das novas tecnologias têm uma penetrabilidade em todos os âmbitos da sociedade e da nossa existência individual e social; o novo paradigma baseia-se na flexibilidade, uma vez que elas permitem permanentes modificações ao longo do processo; e, por último, há uma crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado (CASTELLS, 2000, p. 78-9). Com outras palavras, as tecnologias da informação e da comunicação representam o conjunto convergente de tecnologias desenvolvidas principalmente nos campos da microeletrônica, da informática (hardware e software) e das telecomunicações (TORRES ALBERO, 2009, p. 473).

A revolução nessas áreas abre novas e inauditas possibilidades que impactam profunda e irremediavelmente a produção, o trabalho, mas também as sociabilidades, especialmente dos jovens.

Nos processos produtivos, elas se caracterizam por serem poupadoras de trabalho e por sua mobilidade espacial. São, neste sentido, mais democráticas, menos hierarquizadoras, pois funcionam mais bem em rede. Além disso, elas trazem para dentro do processo produtivo a comunicação. Produção e comunicação se encontram totalmente integradas (MARAZZI, 2009).

A ruptura tecnológica constatada no setor das tecnologias de informação e da comunicação é uma evidência. Podemos citar ao menos quatro fontes de ruptura (COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL, 2006, p. 15): 1ª) possibilita a descentralização da produção e a transferência de partes da produção para outros locais; 2ª) desfaz a separação entre empresas e clientes; 3ª) fim do canal de distribuição essencialmente físico (compras eletrônicas, serviços bancários...), pela afirmação da internet como suporte de venda e do questionamento dos intermediários tradicionais; e 4ª) abertura das empresas através da multiplicação das oportunidades de alianças e de parcerias.

A especificidade das tecnologias mecânicas – e das formas de divisão e de organização do trabalho que caracterizaram seu uso – repousava sobre a especialização da máquina. A automação não é uma novidade desta revolução, pois já estava presente no capitalismo industrial. Mas em todo o processo de automação, a máquina continua a ser o centro. Por isso se pode dizer com razão que o operário estava “a serviço” da máquina. A máquina-ferramenta é especializada, sua função e seu uso são predeterminados. (Cf. SANSON, 2009.)

As novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) são uma verdadeira ruptura na história das técnicas. O computador conectado à internet, a rigor, não tem nenhuma função predeterminada, sendo, a princípio, vazio. O uso lhe é dado pela pessoa que lida com o computador. São tecnologias eminentemente relacionais, que funcionam na base da cooperação, da interatividade (CORSANI, 2003, p. 20-23).

As possibilidades de acesso às tecnologias da informação, assim como o uso que delas fazem,

são também reveladoras da situação em que os jovens se encontram e das mudanças em curso nas últimas décadas. Antes de tudo, vale destacar que a nova revolução tecnológica, chamada de informacional (CASTELLS, 2000), não se restringiu ao âmbito meramente dos processos produtivos de bens materiais, por mais que não se possam ignorar os avanços que ali houve e que continuam a acontecer. O específico destas mudanças está no fato de que se centram nos processos de informação e de comunicação (CASTELLS, 2000, p. 50; WAISELFISZ, 2007, p. 115). Por essa razão, ela tem um potencial de estar mais próxima e presente na vida cotidiana das pessoas – e é isso o que realmente está acontecendo.

Considerando o universo pesquisado, a televisão e o telefone celular estão presentes em praticamente todos os lares. Esse fenômeno acompanha o que está acontecendo em nível nacional, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondente a 2006, que indica que a televisão está presente em 93,2% dos lares brasileiros (WAISELFISZ, 2007, p. 117). Ainda segundo a PNAD, quase 70% dos jovens têm telefone celular (69,1%), número que se eleva para 79% quando se toma exclusivamente o Paraná (*id., ib.,*, p. 118-9). Deve-se ressaltar que, se em praticamente todos os domicílios há um telefone celular, a nossa pesquisa constatou que nem todos os jovens contatados têm um aparelho que esteja em sua posse. Em vários casos é de algum membro da família – marido, irmã, cunhada. Assim mesmo, considerando-se o recorte socioeconômico, é elevada a presença deste aparelho nas camadas sociais mais pobres. É, com certeza, o aparelho que mais rapidamente está se difundindo. Entre 2003 e 2006, houve um crescimento de 561,5% na telefonia celular no Brasil (WAISELFISZ, 2007, p. 119), o que não deixa de ser sugestivo em termos de consumo, mas também em termos das modificações culturais que acompanham esse uso.

Se houve praticamente uma explosão nos últimos anos em relação à expansão dos telefones celulares, crescimento bem menor foi experi-

mentado pelos jovens em relação a computadores e acesso à internet em casa. Nestes dois quesitos, o acesso dos jovens pesquisados caiu para menos da metade (6). Entretanto, o acesso à internet é um pouco mais elevado (8), pois há outras opções para quem não tem computador ou acesso à internet em casa. Vários jovens relataram que acessam a internet na casa de amigos ou em *lan houses*, o que ajuda em parte a suprir a carência.

A tendência sentida em campo acompanha aquela em níveis nacional e estadual. De acordo com a PNAD, em 2006, 24,2% dos jovens brasileiros tem computador em casa. No Paraná, esse número eleva-se para 34%. O acesso domiciliar à internet é uma condição ainda mais rara. Em 2006, apenas 18,6% dos jovens do país, assim como 25,1% dos jovens paranaenses, pôde acessar a internet em casa (WAISELFISZ, 2007, p. 118-9).

O uso e a apropriação destas tecnologias não se dão de maneira indistinta e uniforme. Eles obedecem a uma série de variáveis sociodemográficas que potencializam ou inibem o desenvolvimento da sociedade da informação ou do conhecimento. Com estes termos se quer indicar o profundo processo de mudanças, iniciado no último quartel do século passado, que afeta as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas das sociedades contemporâneas mais avançadas (TORRES ALBERO, 2009, p. 471).

De modo geral, as facilidades de acesso e de uso referem-se a diversos condicionantes, que dizem fundamentalmente respeito à idade, ao nível de formação, à ocupação e ao estrato social (TORRES ALBERO, 2009). Isso acontece dessa maneira no mundo (CASTELLS, 2003), nos países mais desenvolvidos (TORRES ALBERO, 2009) e no Brasil (WAISELFISZ, 2007), este atrás de outros países, inclusive alguns latino-americanos. A difusão do computador pessoal e da internet se dá de maneiras muito desiguais em termos

globais. Os países mais ricos dispõem de melhores recursos – tecnológicos, econômicos e de formação – para aproveitar com mais sucesso as vantagens oferecidas por estas tecnologias, o que acaba reproduzindo em escala planetária uma divisão entre os países em termos de inclusão ou exclusão digital (CASTELLS, 2003).

Os mesmos condicionantes se dão internamente a cada país. No Brasil, são preferencialmente os jovens que se utilizam da internet. O pico de maiores usuários se dá na faixa etária de 14 a 25 anos, onde chega a 30%, sendo que nos 17 anos de idade registra-se a maior participação – 35% dos jovens. A partir dos 25 anos, o uso da internet vai decaindo progressivamente até chegar a menos de 3% na faixa etária dos 70 anos (WAISELFISZ, 2007, p. 125).

A situação econômica dos jovens é fator determinante na hora de acessar a internet. Quanto menor a renda familiar, menores as possibilidades de ter computador domiciliar e acesso à internet. E, ao contrário, quanto maior a renda familiar, maiores são as posses de computador e o acesso à internet (WAISELFISZ, 2007, p. 126-7). Entretanto, como aconteceu com a telefonia celular, a tendência é que progressivamente vá se expandindo o acesso a estes instrumentos ou serviços<sup>2</sup>. Impressiona o fato de que, mesmo os jovens que participaram da pesquisa estarem em sua grande maioria na faixa de até um salário mínimo de renda familiar, terem um acesso ao telefone celular, mas também ao computador e à internet, relativamente grande.

O progressivo interesse – ou necessidade – pela informática revela-se no número dos jovens que participaram da pesquisa e que já fizeram algum curso nesta área. Do total dos 14 jovens, quatro dos dez que fizeram algum curso profissionalizante, dizem ter feito algum curso de informática. Percebem que a área da informática é cada vez mais fundamental também para o mercado de trabalho. Saber o básico para lidar com

---

<sup>2</sup> Reportagem recente de jornal atesta que fatias mais pobres da população – classe D – compram computadores e serviços de internet. Destaca que os fatores que estão contribuindo para isso são o barateamento dos computadores, o acesso mais fácil ao crédito e a percepção sobre a importância crescente dos computadores e da internet como ferramentas de estudo, trabalho e lazer. E que o acesso às redes sociais é um dos principais atrativos (MOREIRA; BORGES, 2009).

um computador é uma exigência sempre maior por parte do empregador, como relatam vários dos jovens, e, por conseguinte, ter uma formação nessa área aumenta as chances de conseguir algum emprego.

Mas, qual é o uso que esses jovens fazem dos equipamentos e serviços proporcionados por esta nova revolução tecnológica? Em primeiro lugar, há um reconhecimento de que o telefone celular – instrumento mais difundido entre os jovens – já está incorporado ao seu dia a dia. “Hoje em dia, o telefone celular faz parte da vida da gente”, reconhece Paula, uma das jovens entrevistadas. Percebe-se que eles não têm condições de trocar constantemente de aparelho, razão pela qual o uso do aparelho chega a ultrapassar os três anos.

O telefone celular revela-se um importante auxiliar na procura de um emprego. Denotam que necessitam estar “conectados”, pois isso facilita serem contatados, ao mesmo tempo em que não perdem a mobilidade, própria de quem teria apenas um telefone fixo. Sentem que a dificuldade de serem prontamente encontrados pode significar a perda de uma oportunidade de emprego. Mas, o uso deste aparelho não se restringe a esse, digamos, uso “instrumental”.

No contexto das culturas juvenis, as novas tecnologias servem para a informação dos jovens e a formação de comunidades. A utilização do telefone celular é algo normal e multifuncional. Ele serve para a comunicação falada ou escrita (enviar e receber mensagens escritas, torpedos), que fazem parte do repertório padrão dos jovens. Além disso, o telefone celular também funciona como máquina fotográfica, que permite que as imagens tomadas sejam enviadas instantaneamente a amigos e a outras bases, bem como serve para jogar, como relógio, agenda de telefones (ZENTNER, 2008, p. 326). Muitos jovens personalizam seu celular, baixam nele da internet temas, músicas e jogos de sua preferência e gosto.

Algo similar acontece com a internet. Se, por um lado, ter um correio eletrônico facilmente acessável torna-se uma condição para ser contatado na busca de emprego, por outro, o seu uso

ultrapassa de longe a sua função apenas de obter informações. Alguns alegam usar a internet para enviar currículos. Para além disso, os jovens constroem comunidades de pessoas com iguais áreas de interesse, permitem-se permanecer em contato e comunicar-se. Vários dos jovens fizeram referência às redes sociais – Orkut, Messenger. Dedicam várias horas da vida à internet, mas que podem também ser vistas sob o prisma de construção de novas sociabilidades. A metade deles diz utilizá-la para conversar com os amigos e outros para pesquisa, ver serviços, obter informações. Converteu-se também em fonte de amizades produzidas através da internet. Chamou a atenção o fato de alguns buscarem na internet uma fonte de leitura de notícias e informações sobre o que está acontecendo à sua volta.

De modo que se pode perceber uma “normalidade nova no uso” (ZENTNER, 2008, p. 327) das novas tecnologias. Pelo fato de serem coetâneos da revolução informacional, é-lhes mais fácil sentirem-se em casa com esses instrumentos tecnológicos. Pelo fato de terem nascido em um mundo com tecnologia, levam uma grande vantagem sobre a geração anterior, pois não necessitam “aprender” a usar elementos diferentes. Mostram extrema intimidade no manuseio dos equipamentos, pois aprendem mediante o uso da tecnologia. Constituem uma geração que praticamente dispensou os manuais de funcionamento dos aparelhos (ZENTNER, 2008, p. 326). Os jovens, mesmo os pobres, mostram-se muito à vontade quando o assunto é tecnologia da informação e da comunicação.

O relato de um dos jovens entrevistados é, neste sentido, ilustrativo do que estamos aqui refletindo. Com 18 anos, já fez um curso de hardware e está encantado com as possibilidades abertas por este campo da informática. Sente-se em casa – e fala com empolgação – quando esse é o assunto da conversa. Tem curiosidade, vai atrás, pesquisa, personaliza imagens ou outros dados. Faz downloads de filmes, jogos, tradutor de jogos, músicas, cifras de músicas e tudo de que necessita, com a maior naturalidade do mundo. Mas também passa muito tempo na frente do

computador conversando com seus amigos, conhecidos, e aqueles que vai fazendo na internet e que podem ser de longe. Manifesta que este é um dos bons momentos da sua vida, quando realmente se sente bem.

Apesar disso, o perigo da segregação no acesso e uso desses recursos não pode ser escamoteado. Pois, como vimos, a sociedade da informação

e do conhecimento tem a tendência de reproduzir – ou mesmo de aprofundar – as condições restritivas ou potencializadoras herdadas da sociedade industrial (CASTELLS, 2003; WAISELFISZ, 2007). Assim mesmo, ela contém um potencial que, se bem aproveitado, pode contribuir para mudar essa situação.

## 2 Fragmentos de trabalho

As expectativas e as atitudes com relação ao trabalho, ao emprego, à qualificação e ao desemprego são uma dimensão privilegiada para captar a crise e a transformação das referências culturais entre os jovens, nos últimos anos (BAJOIT; FRANSSSEN, 1997, p. 76). O modelo cultural da sociedade industrial e ainda predominante caracteriza-se pela centralidade do trabalho.

Como lembra bem Karl Polanyi (2000), em sociedades anteriores e mesmo diferentes da nossa, seria estranho falar em centralidade do trabalho, uma vez que este estava subordinado a um conjunto mais amplo de relações. Uma “grande transformação” altera gradativamente este estado de coisas, transformação de tal monta que altera os alicerces sociais, culturais e econômicos das sociedades capitalistas industriais impregnados pelo “espírito do capitalismo” (WEBER, 1989; LANGER, 2004). A economia, de periférica que era, passa a ocupar o lugar de destaque nas sociedades modernas de mercado.

Em tal novo contexto, a sociedade passa a ser dirigida como se fosse um “acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77). Mas, as mudanças não param por aí. Como diziam Marx e Engels (1999, p. 69), há uma “revolução” mais ampla em andamento, que afeta todas as relações: econômicas, sociais, culturais e com a natureza.

Esta revolução se aplica também à concepção e organização do trabalho. Uma análise em pers-

pectiva histórica descobre que o trabalho nem sempre foi o que é hoje. O que nós nos acostumamos a chamar “trabalho” é uma invenção da modernidade. A forma sob a qual o conhecemos e praticamos, aquilo que é o cerne da nossa existência, individual e social, foi uma invenção, mais tarde generalizada, do industrialismo” (GORZ, 2003, p. 21). A compreensão que dele temos e o lugar que lhe damos são novos. Como vimos, ele ocupou outro lugar em outras sociedades<sup>3</sup>. Progressivamente, o “trabalho” passa a ser entendido como “emprego” (GORZ, 2003, 21).

Visto sob outra perspectiva, as transformações em curso concorrem para uma situação em que o trabalho torna-se um “fato social total”<sup>4</sup>, na medida em que ele estrutura “não somente a nossa relação com o mundo, mas também as nossas relações sociais. Ele é a nossa relação social fundamental” (MÉDA, 1995, p. 26).

Formulada a questão dessa maneira, permite visualizar duas questões entrelaçadas: 1<sup>a</sup>) a compreensão do trabalho como emprego e a consequente desvalorização de todas as outras formas de trabalho e de sua organização, acabou por impor gradativamente uma visão monolítica de trabalho (SCHEHR, 1999). O emprego passou a ser sinônimo de trabalho, o que podemos observar nas falas dos jovens. A consequência mais direta é que “fora do trabalho não há salvação”; 2<sup>a</sup>) mas, em um contexto de encolhimento dos empregos, de exigências cada vez maiores em termos profissionais, de precarização, continuar a defender a centralidade do trabalho sem mais, pode ser, no

<sup>3</sup> Para ver como o trabalho era compreendido por e em outras sociedades, conferir: ARENDT, 1989; MÉDA, 1995, p. 30-59; POLANYI, 2000, p. 62-75.

<sup>4</sup> “Os fatos que estudamos são todos, permitam-nos a expressão, fatos sociais *totais* ou, se quiserem – mas gostamos menos da palavra – gerais: isto é, eles põem em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (potlatch, clãs que se enfrentam, tribos que se visitam etc.) e, noutros casos, somente um número muito grande de instituições, em particular quando essas trocas e contratos dizem respeito sobretudo a indivíduos” (MAUSS, 2003, p. 309).

mínimo problemático, dadas as consequências sociais e econômicas decorrentes desta visão. Como já alertava Arendt (1989, p. 13), “nada poderia ser pior” do que se deparar com “a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho”.

O universo do trabalho constitui outro foco revelador da situação dos jovens. A maioria dos jovens pesquisados já adentrou alguma vez no mundo do trabalho. No elenco de atividades que já exerceram ou ramos em que se inseriram estão: diarista (2), mercado, supermercado, farmácia, panificadora, office-girl, auxiliar contábil, secretária (2), entregadora de panfletos, doméstica, bicos, recepcionista (2), garçomete, manicure, vendedora, servente de pedreiro (3), montador de móveis, auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais, serralheria, lava-carro, zeladora temporária, montador de extensões para tomada, operadora de caixa, agência lotérica e babá (2). Dois jovens afirmam nunca ter trabalhado e apenas um dos jovens afirma não ter o documento Carteira de Trabalho.

Esse amplo e diverso rol de atividades exercidas tem, entretanto, alguns aspectos comuns: são em sua grande maioria trabalhos informais, precários, de curta duração e de baixo rendimento.

Quase todos (12) expressaram o desejo de trabalhar com carteira assinada. As razões podem ser agrupadas em torno de dois núcleos: direitos sociais e estima pessoal. Quanto ao primeiro núcleo, enumeraram o seguinte: seguridade social (5), garantia de direitos, garantia de um salário fixo (2), garantia de um futuro; e, quanto à estima pessoal, referiram: utilidade, autoestima melhor e dignidade.

Há um outro item perguntado que não se pode simplesmente identificar com o tempo de desemprego, pela simples razão de que vários deles não saíram em busca de algum emprego. Assim considerando-se o tempo transcorrido entre o último emprego e o momento da pesquisa, tem-se o seguinte: até três meses (2); mais de três meses a seis meses (3); mais de seis meses a um ano (4); mais de um ano a dois anos (1) e mais de dois anos (2). Agrupando-se o período de mais

de três meses a um ano, têm-se setes jovens (a metade) nesta situação.

Para Luzia, a busca do primeiro emprego decorreu de uma decisão pessoal com vistas a um projeto de vida que ela estava construindo para si. “Eu queria trabalhar porque queria guardar dinheiro para fazer um curso”, conta. O seu primeiro trabalho foi de babá, ocupação que manteve ao longo dos três anos em que cursou o ensino médio. Esse trabalho, feito para uma pessoa conhecida e da confiança da família, permitiu que, aos 16 anos, saísse de casa e conhecesse o entorno da cidade em que mora.

Sua meta era fazer um curso e, por conta disso, ia e voltava do trabalho a pé, sem que seu pai o soubesse, para poupar o dinheiro. Em seguida, arrumou um emprego em uma agência lotérica. Simultaneamente, começou a fazer um cursinho. Conta que trabalhava das 7h às 14h. Passava em casa “correndo para comer alguma coisa” e às 14h já saía para ir ao cursinho, a fim de retornar à casa em torno da meia-noite ou mais tarde. E isso de segunda-feira até sábado. E para piorar ainda mais a situação, tinha curso no domingo de manhã. Prestou vestibular, mas não passou.

Depois desta experiência intensa, parou de estudar. Além do trabalho na lotérica, arrumou outro em um supermercado, onde trabalhava até às 21h30. Saía de um e, meia hora depois, já entrava em outro, até aos sábados. Restava apenas o domingo para o descanso e fazer os trabalhos de casa. Foi assim que, já casada, conseguiu ajudar o marido na construção da casa, no pagamento das prestações do terreno e nas outras coisas que iam adquirindo.

Em 2008, largou destes dois empregos e começou a trabalhar em dois outros, uma farmácia e uma panificadora. A farmácia na Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana) e a panificadora no Capão Raso, em Curitiba. E continuava a chegar tarde em casa. Optou por sair da farmácia, porque pagava muito pouco. Algum tempo depois, a panificadora, que não estava bem financeiramente, fechou. E ficou desempregada.

Em algum momento da conversa ela se detém a descrever o trabalho na lotérica e as circunstân-

cias de sua saída. Dada a confiança que o patrão depositou nela, foi elevada a gerente da lotérica. Fala de como assumiu com responsabilidade esta função, sendo a primeira a chegar e a última a sair e de como lidava com o dinheiro, com suas colegas e com os clientes. E dos assaltos que sofreu. Apesar da sua honestidade, as circunstâncias de sua saída estão ligadas a fofocas e desconfianças. No final, conta aliviada e recompensada, os fatos lhe deram razão. E saiu de cabeça erguida.

Luzia relata que nunca recebeu nada a mais pelo trabalho que fazia. Tinha a nítida noção do quanto o dono da lotérica ganhava às suas custas e de suas colegas de trabalho. “Eu nunca tinha dinheiro. Por mais que eu soubesse de todos os lucros que ele tinha. Eu fazia uma parte da contabilidade. Por tudo o que eu sabia, eu falava, poxa, mas tá pouco. Tá pouco pelo que eu faço, tá pouco por tudo o que eu estou fazendo”, contava inconformada. O trabalho estressante, mas, sobretudo, a forma como saiu, fizeram com que mergulhasse em depressão.

O desemprego serviu para rever algumas coisas na sua vida e o lugar do trabalho nela. E conta como foi:

São minhas primeiras férias, porque eu nunca peguei férias. Sempre trabalhei, vendi minhas férias, trabalhava, sempre tinha uma coisa a mais para pagar. Ou era um IPTU que chegava, ou era outra coisa... sempre tinha alguma coisa a mais. Também meu marido não pegava férias. Então a gente ficou três anos trabalhando sempre, sabe. Então, este ano [2009], em janeiro, parei com tudo, cheguei em casa... dá um desespero saber que você não está trabalhando. Dá um desespero porque você fala “o que eu vou fazer? Com o que vou ocupar o meu tempo? O que eu vou fazer agora?” Aí cheguei, olhei para a minha casa, olhei para tudo, e falei, “meu Deus, trabalhei tanto para conseguir tudo isso e não estou aproveitando. Deixa eu olhar para o que eu tenho. Deixa eu olhar para o meu jardim, meus cachorros”.

E sentiu que não adianta só trabalhar se esse mesmo trabalho não possibilita a fruição da vida.

Aí fiquei um tempinho em casa, pedi para ele [marido] pegar férias. Falei: vamos sair, fazer o que a gente não fez, tudo o que a gente trabalhou para conseguir tanta coisa. A gente nunca foi para a praia, shopping (ri). Daí

a gente foi ao cinema, shopping, praia, almoçar fora no fim de semana, coisa que a gente não fazia, não dava tempo. Fui num baile, nunca tinha ido. Acredita que eu fui num baile pela primeira vez!

Em sua experiência, a Luzia desvela o lado paradoxal do trabalho, assim como está organizado: ele nega o que promete. O trabalhador fica tão envolvido e absorvido pelo trabalho que resta pouco tempo e energia para usufruir das comodidades que ele propicia. Talvez, as férias sejam o melhor exemplo desta incompatibilidade.

A trajetória de trabalhos da Mariana desvela outros aspectos desta realidade do trabalho de jovens pobres. Ela conta que começou a trabalhar aos 15 anos. De dia fazia a entrega de panfletos na rua e à noite cuidava de uma criança. “A mãe dela trabalhava à noite”, explica. Os dois, ambos trabalhos informais, portanto, sem registro em carteira.

E o primeiro emprego com carteira registrada lhe rendeu outra experiência. Na época, seu filho teve que passar por uma cirurgia. Teve que faltar alguns dias de trabalho, mesmo justificados com atestados. Mesmo assim, a patroa não facilitou as coisas, e ela decidiu pedir demissão. “Daí falei: ‘entre o serviço e o meu filho, eu prefiro ficar com meu filho’. Falei que eu não ia mais, pedi para ela me dar a conta que eu não ia mais trabalhar porque queria cuidar do meu filho”. E para cuidar melhor do filho, não pegou mais nenhum trabalho fixo.

As pequenas incursões no mundo do trabalho de Antonio foram de muita canseira para pouco retorno. Durante cerca de oito meses, ajudou a fazer “extensão de tomada”. “A gente começava às sete da manhã e ia até às sete da noite para fazer cem peças e ganhar 15 reais, dividido por dois. Era muito trabalho e deixava calo na mão. Às vezes parava uma hora da manhã para ganhar 10, 15 reais por pessoa. Daí parei”, relata. Esporadicamente, conta Antonio, aparecia um outro serviço trazido por sua madrinha que trabalha em uma gráfica. Era mais fácil, menos cansativo e que rendia mais.

Esses relatos são como que fotografias deste (sub) mundo do trabalho a que esses jovens estão

relegados. Em alguns casos, se pode mesmo dizer que, dada a precariedade das condições em que exerceram algumas de suas atividades, “realmente nunca trabalharam” (SCHEHR, 1999, p. 215). São, em sua grande maioria, ocupações de baixa qualidade, com vínculos precários e de menor remuneração. Os trabalhos informais, geralmente de curta duração, têm o conveniente, segundo os jovens, de que “não suja” a carteira, nem “suja para eles”, como relata a Tina. Dependendo do que seja, é melhor que não conste na carteira, mesmo que, num segundo momento, o que não estiver ali falte como experiência necessária e atestada. Para Branco (2005, p. 130-1), esse tipo de atividades é preponderantemente relegado aos jovens.

Nos relatos sobre o trabalho é mais frequente falarem das vivências de exploração e desonestidades de que foram vítimas. Contam suas experiências de trabalho menos em termos de atividade produtiva ou de profissão (DAYRELL, 2005, p. 194). O que ressaltam mais do emprego não é propriamente a atividade ou o trabalho em si, mas a socialização que possibilitou – sair do mundo familiar e as amizades –, a remuneração e a autonomia.

Os jovens relatam circunstâncias em que foram demitidos – alguns casos porque o estabelecimento em que trabalhavam fechou. Não tiveram opção. Mas, considerando-se as premissas econômicas desses jovens, seria de se imaginar que jamais fossem pedir demissão. No entanto, não é isso que acontece. O ato de pedir demissão representa um gesto de não submissão total aos desmandos dos contratadores e de que há outras prioridades além do trabalho. É um naco de liberdade e de autonomia do qual não abrem mão.

As mudanças de toda ordem em andamento, que repercutem sobre a “descronologização das idades”, afetam os padrões da transição da juventude para a vida adulta. Biggart, Furlong e Cartmel (2008) definem essa transição em termos de transições lineares e não lineares. Para estes autores, a linearidade das transições consiste em uma “transição bastante lisa e simples na qual não há gran-

des brechas, nem divergências, nem mudança de papéis”. As transições não lineares, por sua vez, são aquelas que “implicam brechas, mudanças de direção e sequências de eventos pouco habituais” (BIGGART; FURLONG; CARTMEL, 2008, p. 56).

Partindo desta conceituação e considerando a realidade dos jovens pesquisados, constata-se que suas transições estão mais para não lineares. Suas trajetórias são marcadas por experiências de desemprego de grande extensão ou repetidas, de movimentos frequentes entre trabalhos. A maternidade, em alguns casos, representa uma mudança nessa trajetória. A trajetória da Luzia é, nesse sentido, bem ilustrativa da não linearidade. Depois de vários anos trabalhando, resolveu não trabalhar e se dedicar à preparação para concursos públicos.

Dos jovens, seria de se esperar que a educação estivesse entre suas prioridades. Há estímulos – e até coações – de todos os lados para isso (WYN, 2008, p. 44). Assim mesmo, vários deles optam por não estudar, como veremos no tópico seguinte neste capítulo, ao passo que outros prolongam extremamente este período. A maioria dos jovens fez algum curso na área de informática, o que persegue o objetivo de aumentar as chances de emprego e inclusive de mudar de área, o que os insere na tendência da não linearidade das trajetórias de vida.

Biggart, Furlong e Cartmel (2008) argumentam que houve uma tendência generalizada na pesquisa sobre juventude em “exagerar” os “processos de diversificação” das transições para a vida adulta. Entretanto, a partir de suas pesquisas, admitem que as transições não lineares são mais frequentes entre os jovens menos favorecidos, portanto, entre o público-alvo da nossa pesquisa.

Os jovens mantêm uma relativa liberdade em relação a se manter ou não em um determinado emprego. O mesmo vale quando se trata de aceitar ou não um novo emprego. Nota-se que, quando estão em busca de um novo emprego, são tomados de uma angústia bastante grande. Cada negativa, reenvia-os ao fim da fila e ao recomeço de uma nova tentativa. Esse vai-e-vem, que pode

durar muitos meses, os impele a, em certas circunstâncias, aceitar o primeiro emprego que vem pela frente. Mas, na prática, engana-se quem pensa que eles não têm critérios – mesmo mínimos – para selecionar os seus empregos.

Os procedimentos utilizados para procurar emprego são basicamente dois: deixar o currículo diretamente nos departamentos comerciais ou indo às Agências do Trabalhador. No primeiro caso, selecionam o ramo em que desejam trabalhar e saem para deixar o seu currículo. “Procuro sempre falar ou com o gerente ou com o próprio dono da loja. Procuro conversar diretamente, porque deixar na mão de funcionários não é muito bom. Aí eu não sei o que fazem [com o currículo]”, conta a Roberta. O Antonio chega a exagerar: “Eu tenho currículo em cada uma das lojas que têm no centro”.

Outros contam que vão às Agências do Trabalhador, postos presentes nas regionais da prefeitura, onde o processo é informatizado e a procura se dá mediante um cartão que cada jovem cadastrado tem. Caso haja alguma vaga, o candidato é encaminhado à empresa, que tem cinco dias para dar um retorno. Neste período, o cartão fica bloqueado, após o qual a jornada, quando infrutífera, recomeça.

Em alguns casos, os jovens não aceitam o emprego oferecido devido à distância. Ter que sair muito cedo de casa para voltar muito tarde da noite, além de ter que percorrer grandes distâncias; não compensa na visão deles. Outra razão muito forte relatada por eles para não aceitar uma vaga é o critério domingo, aliado ao do salário. O Antonio conta que refugou dois empregos por essa razão.

Já tentei repositar [em um supermercado] e não aceitei porque é muito puxado, trabalha de segunda a domingo e são eles que escolhem os nossos feriados. Era para entrar no McDonalds, mas eu não quis para ter dois feriados no mês e ganhar muito pouco.

A Paula também relata não abrir mão do domingo, a não ser que o salário compensasse essa restrição. “Tem panificadora que tem vaga. Só que não é uma coisa muito agradável para trabalhar. Trabalha de domingo a domingo”, conta.

Para ela, o domingo é importante não apenas “para descansar”, mas também pelo encontro com as amigas e amigos, para desfrutar da vida.

O caso da Mariana também é sugestivo sob este ponto de vista. Ao largar o emprego para cuidar do filho, começou a desenvolver um grupo de dança com crianças de sua comunidade. Fala com vibração desse seu envolvimento com o mundo artístico. Mas reconhece que a situação financeira está caótica, tanto assim que relata uma conversa que teria tido com o marido.

Se a gente não trabalhar, a gente não consegue viver bem. Na verdade não é nem viver bem, é poder sobreviver, porque praticamente estamos só sobrevivendo. Nesse dia estava conversando com meu marido: a gente não está fazendo nada. Praticamente a gente está só se mantendo, se mantendo até partir dessa. Porque a gente não tem como ir no cinema, fazer outras coisas. A gente está só sobrevivendo. Não tem uma curtição, não tem um passeio, nada, porque a situação financeira... muito triste. Muito triste.

Neste contexto, se tivesse que optar entre a dança, que ela gosta, e um emprego, que faria por necessidade, optaria pelo segundo, porque, mesmo assim, entrevê a possibilidade de conseguir conciliar as duas atividades. Caso contrário, conta ela, “eu ia ficar triste, mas eu largaria”.

Entretanto, o caso mais emblemático é aquele apresentado pela Tina. Jogadora de futebol amador, fez disso o núcleo em torno do qual gira a sua vida. E fala dessa sua opção, que mistura profissão e paixão:

O futebol, eu vivo muito o futebol, eu gosto desde criancinha. Meu pai foi técnico de time de empresa. Então cresci no meio dos caras, vendo os caras jogar e me interessei. Hoje em dia é uma coisa que, se falar, “nossa eu vou tirar o futebol da tua vida”, é uma coisa que eu realmente ia sentir. Tanto é que emprego para mim, não é que eu seja chata para escolher emprego, mas é muito complicado pegar um horário e bater com os treinos, sabendo que eu ganho jogando futebol. Não é uma questão que eu vou por lazer, é uma profissão. Só que eu adoro.

Perguntada se tivesse que escolher entre o futebol e um emprego, o que escolheria, ela respondeu sem hesitar: “Olha, eu já falei muitas vezes: eu escolho o futebol. É minha paixão”, conta.

Tina percebe o emprego como um limitador, razão pela qual ela não o quer, nem o procura – ao menos neste momento da sua vida. A “profissão” de jogadora lhe auferiu um ganho de R\$ 50,00 por jogo. Há uma diferença entre a situação econômica dela e a de Mariana, por exemplo. Enquanto a Mariana é casada, o marido ganha salário mínimo e tem que cuidar de um filho, a Tina, mesmo que o que ela ganha não seja muito, tem uma situação familiar mais avantajada. O pai trabalha e tem um salário que permite, por vezes, ajudar a filha. Mas, de modo geral, deve-se reconhecer que os jovens pesquisados vivem em condições econômicas muito apertadas. Sabem fazer multiplicar o dinheiro em suas mãos.

Os casos da Tina e da Mariana são ainda ilustrativos de outra realidade. Ambas já experimentaram as agruras do mercado de trabalho, vivenciado na sua precariedade. E ambas também já experimentaram atividades (música e futebol) em que prevalece o prazer, o gozo, a criatividade. Surge um conflito entre o trabalho como necessidade e o trabalho como realização e expressão de si (DAYRELL, 2005, p. 212). Dadas as condições materiais em que vivem, não fica difícil imaginar para que lado o pêndulo irá pender, em caso de necessidade de optar. Até porque é difícil transformar a música em meio de sobrevivência, o que seria uma maneira de unir “o útil ao agradável”, o meio de ganhar a vida com o prazer de ganhar a vida. (Cf. SPOSITO, 2000.) No entanto, o conflito está instalado e elas o escancaram.

Os jovens manifestam também as tensões entre o tempo do trabalho e a vida pessoal. O Carlos conta que o trabalho toma tempo demais, sobretudo para quem estuda e trabalha. E a relação com os amigos fica ressentida. Mas é a Luzia quem melhor expressa essa incompatibilidade. “Quando você está trabalhando, você não tem tempo para fazer outra coisa”, conta. Já deixou de fazer coisas por causa do trabalho. Em seguida, arremata: “Quando você está trabalhando, você também se isola”. Ou seja, a socialização proporcionada pelo trabalho, também é limitada e limitadora. Por outro lado, inexistem nas conversas referências a como melhor conciliar estas

duas esferas da vida, mediante, por exemplo, a redução da jornada de trabalho. Talvez porque a modulação entre trabalho e não trabalho a que são constantemente submetidos, surja para suprir esta lacuna.

Quando o assunto é dificuldades para conseguir um emprego, o coro é unânime: “falta de experiência”. São unânimes em alegar o quesito experiência como a principal razão por não encontrarem uma colocação no mercado de trabalho. Em termos gerais, admitem que não há falta de empregos, mas que são difíceis de serem conseguidos em decorrência de serem principiantes. No próximo tópico analisaremos esta temática sob o ponto de vista da qualificação e do novo discurso ideológico construído que individualiza as razões do desemprego no mundo e no Brasil.

Não se pode, evidentemente, negar a problemática da qualificação sob o ponto de vista de uma política estratégica de país a médio e longo prazos. O que os jovens têm dificuldade de perceber é que, com a revolução tecnológica em andamento e com as políticas neoliberais implementadas em todas as partes do mundo, houve um enxugamento dos empregos. Com esse déficit de vagas, são justamente as duas pontas em termos etários os grupos mais afetados, ou seja, os jovens e os maiores de 45 anos. E a colocação no mercado de jovens pobres fica ainda mais difícil. Um dos jovens, é verdade, fez menção às dificuldades de conseguir um emprego decorrente da enorme concorrência por uma vaga, como veremos mais adiante. Percebe-se que assimilaram e reproduzem o discurso dominante de que o que falta não são postos de trabalho, mas qualificação para acessá-los.

Esta não compreensão dos mecanismos do mercado leva-os a postularem a sua trajetória a partir das categorias dicotômicas da “sorte/azar” (DAYRELL, 2005, p. 194). A Paula conta que não é por falta de correr atrás que não está conseguindo. “Fui atrás, fiz um monte de entrevista. Mas, não sei, não levo sorte na entrevista”, se resigna, como se o gargalo estivesse na entrevista em si. “Não estou tendo sorte”, enfatiza mais adiante. Assim mesmo não se entrega: “Mas um dia apa-

rece alguma coisa”. Na sua percepção, o mercado de trabalho é um jogo de azar, onde ora se ganha, ora se perde; de modo geral se perde. Ao mesmo tempo, o jogador obstinado não desiste nunca de jogar. Por outro lado, impessoaliza os critérios de seleção e não se dá conta de que, se para ela, a Paula, é uma questão de sorte, para quem está do outro lado não se trata em momento algum de sorte ou azar, mas de seleção, com critérios pré-estabelecidos.

A experiência do desemprego feita por esses jovens é angustiante. Na linha de Schnapper (1994), interessa-nos analisar não tanto as características dos desempregados, mas as experiências vividas pelos jovens pobres. Entendemos por desemprego “a privação involuntária e provisória do emprego” (SCHNAPPER, 1994, p. 41).

É possível perceber modulações na intensidade de com que essa realidade é vivida. Para alguns, ela é vivida com certa dramaticidade, como conta o Carlos:

Ah, eu me sinto meio mal. É difícil na minha idade não querer trabalhar. Você tem os teus amigos trabalhando, tem seu próprio dinheiro e eu correndo atrás e não consigo. Nossa, eu gostaria de estar trabalhando. Não vejo a hora de conseguir um emprego.

A Roberta expressa assim a sua situação: “Tenho medo de ficar desempregada muito tempo, de ficar dependendo sempre do marido. É horrível, tanto para mim, como para ele”. Ela é muito ciosa da autonomia que conquistou ao longo da vida. O Antonio, por sua vez, explicita outro aspecto do desemprego, o sentimento de inutilidade:

A gente se sente meio inútil. É uma palavra meio forte, mas querendo ou não a gente acaba se sentindo inútil, porque a gente está em casa, não tem serviço, não está fazendo nada. Você vê seu irmão que é mais novo que você trabalhando, ganhando um salário, ajudando a família, e você em casa, tentando achar serviço... Para começar, eu não fiz o que meus pais queriam, que era fazer faculdade, ainda mais não conseguindo serviço, a gente acaba se culpando.

Ao falarem do desemprego, esses jovens elucidam outros elementos tributados ao trabalho. Em primeiro lugar, o emprego, na sua idade, possibilita algum dinheiro “para garantir o consumo

e o lazer, viabilizando sua condição juvenil e maior autonomia em relação à família” (DAYRELL, 2005, p. 230). Para as jovens casadas, trata-se de não ser um peso para o companheiro. Depender do marido para todos os consumos soa como uma humilhação, que querem evitar a todo custo. Claro que sem esquecer que a renda que elas não obtêm falta para fechar o mês.

O sentimento de inutilidade está presente nos seus relatos. Isso porque, como afirma Rifkin (1995, p. 215), “o emprego é muito mais do que uma medida de renda: para muitos é a medida essencial de automercimento. Estar desempregado é sentir-se improdutivo e cada vez mais imprestável”.

O caso do Antonio vem ainda com outro ingrediente que agrava essa situação: a de que não aceitou a proposta feita por seus pais de ingressar na universidade e fazer uma faculdade. Negou-se a seguir o destino que seus pais queriam traçar para ele, não por pura birra, mas porque tem claro o que quer e o que não quer para si.

Meus pais não engoliram o fato de eu não querer fazer faculdade. O sonho da minha mãe era fazer medicina. Meu pai me quer ver fazendo mecatrônica. Falei para eles, ‘pai, mãe, não vou fazer aquilo que eu não quero’. Porque a pior coisa do mundo é trabalhar naquilo que você não gosta. É horrível. Eu quero fazer hardware.

A decisão pessoal pesa ainda mais quando os próprios pais cobram para que tenha um emprego. Diante da responsabilidade de ter contrariado seus pais e não conseguir um emprego, acaba por se sentir culpado por essa situação. Oscila, psicologicamente, entre ser adulto, tomar suas decisões e arcar com elas, e a imaturidade ainda própria do jovem que mora nele, para lidar com essas questões.

Aliás, as pressões de diversos tipos que recebem não são sempre impessoais e genéricas, como vindas do “sistema”. Têm rosto, são figuras conhecidas e estão espacialmente próximas, encarnando-se nos pais, em outros familiares e nos amigos. Não raramente, passa a ser uma autocobrança, o que reforça ainda mais o sentimento de culpa e de inutilidade que sentem, produzindo angústias.

No senso comum, essas cobranças se expressam na consagrada fórmula de que “só não trabalha quem não quer” (ZALUAR, 2000, p. 146 e 88), reproduzida por muitos pais, nascidos e vividos em outra época e que têm dificuldades para compreender por que razão seus filhos podem estar desempregados.

A intensidade com que o desemprego é vivido é proporcional ao desejo ou à necessidade de entrar no mercado de trabalho. Quanto mais se busca, mais o sentimento do desemprego é sentido. Schnapper (1994) denomina este tipo de desemprego de “total”, caracterizado pela humilhação, o tédio e a dessocialização e que designa a experiência do desemprego vivida como um tempo vazio, sem atividade de substituição e com o sentimento de sua própria inutilidade. Na ausência do trabalho, todo o resto também deixa de existir e de fazer sentido (SCHEHR, 1999, p. 229-247). É como se tudo parasse e a vida recobrasse sentido novamente só após o próximo emprego. “O desemprego constitui uma provação, uma experiência traumatizante para a maioria da população” (SCHNAPPER, 1994, p. 65), mas especificamente para os jovens.

Entretanto, nem todos os jovens encaram o “não trabalho”<sup>5</sup> desta maneira. No caso da Luzia, o não retorno ao mercado de trabalho está sendo protelado conscientemente. Em seu lugar, não o vazio, a inatividade, mas um objetivo pessoal: preparar-se para concursos públicos. Implica em uma escolha em que se destina o tempo para atividades pessoais.

A Mariana também acabou investindo em outras atividades assim que decidiu sair do emprego. Começou um grupo de dança para crianças. Canaliza tempo e energia para essa atividade, que a impede de sentir tédio e solidão. Pelo contrário, essa atividade abre outras possibilidades de socialização e de reconhecimento não possíveis pelas experiências de trabalho que já teve. A noção do tempo experimentada desta maneira é diametral-

mente oposta àquela dos desempregados, como veremos na última seção deste capítulo. Como ela mesma conta, seu dia e semana são sempre curtos, dada a ocupação que tem. O emprego não lhe faz falta para ocupar o tempo.

Entre as jovens mulheres, a tendência de preencher o tempo e de apostar em atividades sem fins econômicos, mas sociais, parece ser maior. Revelam maior facilidade para se ocuparem com outras atividades que não sejam exclusivamente o trabalho. Têm uma vida social ativa maior. Na experiência destas mulheres se pode entrever o que fala Gorz (2004, p. 86): “As relações sociais, os laços de cooperação, o sentido de cada vida serão produzidos principalmente por essas atividades que não valorizam o capital. O tempo de trabalho deixará de ser o tempo social dominante”. O tempo do sentido encontra-se nessas atividades feitas com prazer. Ao mesmo tempo, “o presente não é dependente de um hipotético retorno ao mercado de trabalho” (SCHEHR, 1999, p. 241).

Mas, como valorizam e avaliam essas atividades que não são remuneradas? Primeiramente, os pequenos trabalhos da casa são uma presença na vida destes jovens desde pequeno. Na medida em que podem, são solicitados também a auxiliarem em pequenos trabalhos externos, como ir ao banco, pagar contas, fazer compras... Crescem aprendendo as atividades mais básicas da casa. Alguns, inclusive rapazes, aprendem a cozinhar para si e seus irmãos menores, no caso de os pais trabalharem.

Quando o assunto é se os homens devem ajudar nos trabalhos da casa, as mulheres são as mais entusiastas. Reclamam uma partilha das tarefas relativas à casa, uma vez que também trabalham fora. Da parte dos jovens homens, ninguém se manifestou contrário, mas se percebe que ainda não é um assunto bem digerido. Apela ao fato de que não têm preconceito em relação a isso, de que não são machistas, de que passou o tempo

---

<sup>5</sup> Falta uma palavra melhor para expressar o conjunto de atividades sem fins lucrativos que não são “emprego” no sentido estrito da palavra, noção em relação a qual todo o resto é falta, ausência, sem sentido, de menor importância. A própria palavra “desemprego” aponta para ausência, carência (SCHEHR, 1999).

em que o homem chega em casa e vê a mulher “ralando” sem ajudar. Nas entrelinhas, porém, o discurso ainda é mais avançado do que a prática.

As jovens mulheres têm maior facilidade para reconhecer que os afazeres da casa são trabalho. Diversas atividades, como cozinhar, cuidar de criança, limpar a casa não é considerado trabalho por vários dos jovens homens. Entendem que essas atividades não são trabalho, mas “obrigação”, algo que tem que ser realizado. Recuperam as características do “labor”. Entre os gregos, o labor está relacionado àquelas atividades necessárias para manter a vida biológica e por isso combina necessidade e futilidade. O labor era feito no espaço privado, na casa, e gozava de baixa reputação entre os gregos, razão pela qual era relegado preferentemente às mulheres e aos escravos (ARENDETT, 1989). Ainda há muito dessa visão presente entre os jovens homens. Ao mesmo tempo, o termo “obrigação” denota que é uma obrigação moral, no caso de cuidar dos filhos, por parte do homem.

Contudo, entre o trabalho doméstico e o emprego, as próprias mulheres coincidem em atribuir maior importância ao segundo, mesmo reconhecendo que o trabalho de casa é necessário. De acordo com a Paula,

Tudo é trabalho. Ficar em casa é trabalho, trabalhar fora também. Trabalhando fora, além do dinheiro, você tem uma experiência. Dentro de casa não. Minha avó fica em casa, mas ela está trabalhando direto. Isso também é um trabalho. Só que ela não vai ganhar o dinheiro dela.

Relacionam ao trabalho fora de casa a remuneração, autonomia, experiência profissional, utilidade, direitos e segurança. Características que serão identificadas com a noção de emprego. Gorz (2003, p. 21; cf. também GORZ, 1991, p. 112s) define-o da seguinte maneira:

A característica mais importante desse trabalho – aquela que “temos”, “procuramos”, “oferecemos” – é ser uma atividade que se realiza na esfera *pública*, solicitada,

definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho *remunerado* (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma “profissão”), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres (Os grifos são do autor).

Os jovens, evidentemente e com razão, querem participar desta conquista da sociedade. O fato é que as novas realidades do mundo do trabalho desorganizam e embaralham as fronteiras do emprego. E acabam, por vezes, modificando o próprio sentido do trabalho. A precariedade da maioria dos empregos a que têm acesso – em condições nas quais o trabalho não é mais espaço de construção de referências positivas, em que a dimensão expressiva do trabalho tende a ser inexpressiva –, os jovens procuram por sua dimensão instrumental (BAJOIT; FRANSSSEN, 1997), uma vez que, em grande parte, este já não consegue mais oferecer o lado de expressão, de realização de si.

Como conclusão deste tópico se pode dizer o seguinte: os jovens não manifestam uma repulsa *tout court* ao trabalho. O que recusam “é menos o trabalho do que um tipo de emprego descontínuo e literalmente insignificante” (CASTEL, 1998, p. 529). Não é que não queiram trabalhar, mas querem um trabalho que não lhes roube a vida e que faça sentido. Almejam que tenha as características das outras coisas boas da vida. Que seja prazeroso, gostoso e cheio de sentido. Um trabalho que permita viver com dignidade. Em síntese, proclamam na surdina dos seus atos que a vida não é só trabalho.

A tendência é que os jovens busquem empregos que lhes permitam estabelecer um equilíbrio entre trabalho e vida privada (WILKINSON, 2002, p. 103; WYN, 2008, p. 43).

### 3 Espremidos entre as exigências do mercado e o desemprego

A escolarização, qualificação, é outro lugar para se verificar a situação de vulnerabilidade social a que esses jovens são submetidos. Dos jovens pesquisados, três têm o ensino fundamental incompleto; dois concluíram o ensino fundamental; três não concluíram o ensino médio; e seis terminaram o ensino médio. Nenhum adentrou no mundo universitário. Deve-se recordar que no momento da pesquisa nenhum dos jovens estava estudando. Dessa maneira, eles incrementam as estatísticas do grupo majoritário que está fora das salas de aula. De acordo com a PNAD de 2006, esse grupo chega a 53,1% (WAISELFISZ, 2007, p. 36) dos jovens entre 15 e 24 anos. A mesma pesquisa traz um dado curioso: no Paraná, esse grupo representa 55,6%, ou seja, está acima da média nacional (WAISELFISZ, 2007, p. 39). A pesquisa local, que tomou apenas o universo dos jovens de Curitiba, constata – e confirma – que quanto mais pobres são os jovens, menor também é o índice dos que não estavam estudando (SALLAS, 2008, p. 220).

A adequação série/idade representa outro desafio que afeta, sobretudo, os jovens das camadas mais pobres da população (SALLAS, 2008, p. 219). De acordo com a PNAD de 2006, a fração de alunos que não estava cursando a série correspondente à sua fase de vida, chegava quase a 14% dos jovens escolarizados (WAISELFISZ, 2007, p. 37). A repetência, em grande parte decorrente da baixa qualidade do ensino, tem um custo econômico considerável para o país.<sup>6</sup>

A maioria dos jovens pesquisados (10) manifestou desejo de voltar a estudar. Entre as razões que alegam para isso, estão as seguintes: ter mais estudo representa maiores chances para arrumar emprego; ter condições melhores para aperfeiçoar-se mais em alguma área; ter diploma para arrumar emprego, melhoria para si mesmo; não poder estacionar no tempo, sendo necessário estar se atualizando; sentir-se mais ativo; por gostar de estudar e de ler.

Quatro dos jovens disseram explicitamente que não voltariam a estudar. Dizem não ter “cêrebro” e mesmo paciência para frequentar as salas de aula. Além disso, afirmam que o estudo “não ajuda” em nada. Esta parcela de jovens é a mais cética em relação à contribuição que os estudos poderiam oferecer para almejar condições econômicas e sociais mais dignas. Para eles, a escola já não é mais capaz de oferecer um passaporte para o futuro.

Podem-se perceber modulações na intensidade da vontade de voltar a estudar. Em alguns, parece ser uma decisão mais firme e próxima. Em outros, no entanto, o voltar a estudar soa muito distante e é projetado num futuro tão remoto que, se persistirem as atuais circunstâncias, dificilmente voltarão a frequentar os bancos escolares.

A década de 1990 foi, no Brasil e no contexto de implementação de políticas neoliberais, considerada como a “década dos mitos”. Os mitos do esvaziamento do papel do Estado, da abertura comercial e da internacionalização da economia

---

<sup>6</sup> Recente estudo do custo-aluno realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacional (Inep), baseado em dados do próprio Ministério da Educação, indica que a repetência tem um custo aproximado de R\$ 15,1 bilhões por ano. No Brasil, são 7,2 milhões de alunos que não completam o ano. No Paraná, são 13,8% relativos ao ensino fundamental e 22,2% referentes ao ensino médio (KLINGL, 2009).

brasileira, do elevado custo do trabalho no Brasil, da desresponsabilização do Estado para com o rendimento dos trabalhadores de salário de base, entre outros, foram criados em defesa do crescimento econômico, da elevação no nível de ocupação, da distribuição da renda, da competitividade do país... Tais mitos, no entanto, acobertaram outra realidade: a expansão em massa do desemprego – que afeta mais fortemente os jovens –, a instabilidade no trabalho e sua progressiva e ininterrupta precarização, a introdução de contratos mínimos, conhecidos também como “reforma branca” e o desmantelamento da proteção social (POCHMANN, 2001).

Uma das teses referia-se à formação do trabalhador brasileiro (LANGER, 2006). A tecla em que o discurso neoliberal batia insistentemente afirmava que havia desemprego no Brasil dado o desnível entre as exigências do mercado de trabalho e o estado em que se encontrava o trabalhador nacional. Esse era, portanto, um dos problemas cruciais a ser enfrentado para a superação do estado de atraso e de inanição em que o país se encontrava.

Para o discurso dominante, o desemprego é atribuído não mais à insuficiência de postos de trabalho, mas à inadequação do trabalhador às novas exigências do mercado de trabalho. Difunde-se assim a ideia de que o fenômeno do desemprego em massa “é consequência da desqualificação técnica do trabalhador” (BAPTISTA, 2004, p. 132).

Os jovens entrevistados sabem, em termos gerais, da importância da qualificação para conseguir um emprego e reconhecem que as exigências em termos de maior escolaridade são cada vez maiores. Como diz o Carlos, “se não tiver nenhuma qualificação, sem chances”. Na mesma linha de raciocínio segue Tina: “Eu sei que se precisar de um currículo, eu sei que o segundo grau completo seria mais chamativo para o dono da loja, do que elas [as suas amigas] sem o segundo grau completo”. Ter ao menos o ensino médio completo representa alguma chance a mais na hora de procurar algum emprego. Também para Roberta está claro que a qualificação é “muito, muito

importante”. E emenda: “Até mesmo para quem tem, está difícil”.

Carlos situa-se minimamente no contexto das mudanças em curso ao nível das empresas e que repercutem sobre as exigências em termos de maior qualificação profissional. Perguntado sobre as razões pelas quais acha tão difícil conseguir um emprego hoje, reflete:

Eu acho que é difícil mais por causa da qualificação. Porque eles, todo dia tão tendo uma mudança, todo dia estão exigindo mais e mais. Antes era um cursinho básico de informática. Hoje, já querem um curso técnico na área. Daqui a pouco, um curso de língua e aí vai indo, vai indo. Acho que isso dificulta um pouco para quem não tem recurso. Dificulta um pouco o emprego. Tá difícil porque cada dia tão querendo mais e mais.

Relacionam as dificuldades de conseguir emprego à competição existente no mercado de trabalho. Presenciam-na em cada processo de seleção malsucedido. E, como analisam Boltanski e Chiapello (1999), cada não seleção acaba por piorar ainda mais as chances de obter um emprego. Esse processo revela-se, de certa forma, duplamente excludor: a exclusão que se dá pontualmente em cada não seleção, mas que vai, ao mesmo tempo, diminuindo as condições de seletividade no geral, dadas as exigências cada vez maiores que se verificam hoje. Com cada não seleção, como que retorna ao final da fila. “A competição é grande”, sintetiza a Luzia, como que se resignando.

Há outros jovens entrevistados que relacionam as dificuldades em conseguir um emprego à experiência. Essa é uma realidade muito sentida por Mariana, que completou o ensino fundamental:

Com mais estudo não vai garantir porque o que eles mais exigem é o estudo, mas o que eles mais querem é experiência. Como alguém que está com a carteira de trabalho branca vai ter experiência? Isso não é justo que eles não dão uma chance para as pessoas. Até para limpar uma casa, coisa que toda mulher sabe, eles pedem experiência. Assim não tem condições.

Esse depoimento indignado revela um outro aspecto da problemática da qualificação. Todos os trabalhos de Mariana foram de baixa qualificação e precários – babá, dama de companhia, en-

trega de panfletos. Neste meio, a exigência por escolarização parece ficar em segundo plano em relação à experiência. Quando insistimos na importância da qualificação, ela reforçou ainda mais este aspecto: “Ajuda um pouco, mas mesmo assim é difícil. O que eles querem ver é o que tem na carteira, um bom tempo já trabalhado. É muito difícil”.

Parte da literatura corrobora a interpretação de Mariana sobre a importância da experiência como fator explicativo das dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

Postergar a entrada no mercado de trabalho também tem custos. Sabe-se que, para os jovens, ter alguma experiência de trabalho é mais importante que a escolaridade. De fato, há evidências empíricas que, para os indivíduos de 15 a 24 anos, o mercado de trabalho valoriza mais a experiência que a escolaridade e que um ano a mais de experiência aumenta em 20% a probabilidade de o jovem estar ocupado, enquanto um ano a mais de escolaridade aumenta essa probabilidade em apenas 1% (ROCHA, 2008, p. 540).

Essa realidade impacta o interesse dos jovens pela escolarização, vista como importante para a vida e uma melhor inserção no mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo desprestigiada e desmistificada. Mas, no momento, interessa destacar que a escolarização, tão valorizada e prestigiada em outros segmentos sociais, é vista por esses jovens – nem todos, evidentemente, manifestaram a mesma reação – como menos importante do que a experiência. Ainda que isso possa ser, em outra perspectiva, parte mais do problema do que da solução. Pois, “embora indivíduos que já trabalham possam compensar, em parte, a baixa escolaridade com a experiência, é bem mais difícil a inserção inicial no mercado de trabalho de um jovem pouco escolarizado” (ROCHA, 2008, p. 541). Porque, deve-se admitir, num contexto de acelerado progresso tecnológico, de novas exigências do mercado de trabalho em termos de capacitação progressivamente relacionadas ao conhecimento, “a baixa escolaridade significa uma desvantagem relativa para os jovens no mercado de trabalho, o que pode ser visto sob dois ângulos distintos: o da condição na ativida-

de e na ocupação e o do rendimento” (ROCHA, 2008, p. 544).

Um dos artifícios do discurso ideológico dominante é atribuir toda a responsabilidade pelo desemprego aos indivíduos. Assim, cada trabalhador preocupado deve arcar com duas cargas: primeiro, a de saber que é responsável por sua inclusão/exclusão no mercado; segundo, a de que deve carregar sozinho esse peso. Há, em tal processo, uma desresponsabilização das instâncias públicas ou da sociedade. No máximo, há programas – públicos ou privados – que procuram dar conta da capacitação desses trabalhadores, o que, em certos casos, também se tornou um verdadeiro “negócio”.

O drama do desemprego envolve os jovens numa teia difícil de sair e para o qual não encontram justificativas estruturais. Nesse caso, acabam por atribuir a si mesmos a culpa por não estarem inseridos no mercado de trabalho. O relato de Carlos expressa bem o drama vivido por eles:

Não sei dizer muito bem essa parte. Porque, nossa, eu gostaria de estar trabalhando. Não vejo a hora de conseguir um emprego. Por que eu não pego? Será porque eu não estou bem qualificado, será que é isso, porque curso, tô com um curso de um ano e seis meses de administrativo em informática. Fiz esse curso profissionalizante do SENAI, que é um curso do qual estou gostando muito. Então, não sei por que eles não estão me chamando. Será que é por causa da idade? Da pouca experiência que eu tenho, não sei. Eu às vezes penso que é por causa da pouca experiência.

Chama a atenção o fato de que não conseguem ter uma compreensão mais profunda e estrutural do desemprego. Ao mesmo tempo, a fala do Carlos é interessante por outro motivo. Ao longo de toda a conversa ele tinha uma clareza e uma firmeza em relação a tudo o que vinha afirmando. Passeava pelos assuntos com uma desenvoltura fora do comum. Entretanto, quando foi instado a falar das razões pelas quais estava desempregado, as certezas subitamente se esboroaaram e as perguntas em relação ao seu estado se multiplicaram. Sua voz ficou mais trêmula e mais baixa. Todas as tentativas de resposta – qualificação, idade experiência – apontam para as suas in-

suficiências e delatam incapacidades que ele atribui a si mesmo. Ele atribui a si a responsabilidade por sua situação de desemprego. Em tal contexto, o desemprego é um monstro que se enfrenta sozinho, correndo atrás de mais qualificação como se fosse a solução para o problema. “Eles pedem muito. Nada está bom: ou é tua idade, ou tua experiência é pouca, ou você não é qualificado. Estão exigindo muito e dando muito pouco”, conta Luzia.

A individualização da responsabilidade pela empregabilidade remete a cada indivíduo a tarefa de se manter competitivo no mercado. Cada pessoa, no contexto das novas tendências de gestão,

deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado (...) ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma estrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é (GORZ, 2005, p. 23).

As empresas estão cada vez menos interessadas na realização da qualificação de seus empregados, o que passa a ser, cada vez mais, uma iniciativa e prerrogativa do próprio trabalhador. “Cada um deverá gerir seu capital humano ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação...” (GORZ, 2005, p. 24). Cada trabalhador deve assumir as responsabilidades necessárias para estar à altura de poder competir em pé de igualdade com os outros trabalhadores. Estar desempregado é simplesmente um atestado de incapacidade de se manter competitivo. Ou seja, é declarar sua total incompetência. Tem-se assim um exército de incompetentes, os chamados “inúteis do mundo”, na denominação dada por Castel. Convém aclarar que este autor usa este termo em outro sentido, social: são aqueles dos quais a produção já não tem mais necessidade.

Com o aumento da demanda por emprego, os empregadores podem se dar ao luxo de pegar majoritariamente pessoal já qualificado. Por esse expediente, exteriorizam a qualificação. Essa é a leitura que Tina faz ao reconhecer que não há mais espaço para jovens sem experiência:

Falta oportunidade. “Ah, quero uma secretária com dois anos de experiência”. Tranquilo. Se o cara [o empregador] der três meses de chance para a menina, pra menina aprender a como fazer, com certeza ele vai ter uma ótima secretária. Isso vale muito em outras coisas também, outros empregos. Só que eles não dão essas oportunidades; eles já querem aquela pessoa feita. Tipo, “ah, não preciso ensinar nada”.

Na ótica desses jovens, essa exigência de experiência é injustificada. “Estão pedindo muita experiência, coisa que os jovens não têm. Mas como ter experiência se a pessoa acabou de sair da escola, está com 17 anos? Eles não dão oportunidade para a pessoa aprender, fazer um curso, para saber como funciona. Eles já querem aquilo”, lamenta Tina.

O discurso da qualificação associa a si uma “promessa de reinclusão social” (BAPTISTA, 2004, p. 137). Uma parte dos jovens vive da promessa de que, com os cursos que vão fazendo – ou já fizeram –, consigam se inserir no mercado de trabalho. Como se, simplesmente mediante a qualificação, fosse possível expurgar o demônio do desemprego.

Essa promessa encontra eco na tão propalada empregabilidade. Cardoso (2003, p. 99) chama a atenção para o fato de que a empregabilidade é “a outra face da dinâmica de desregulamentação das relações sociais”. A empregabilidade diz respeito à capacidade que cada indivíduo reúne para se manter competitivo no mercado de trabalho. “Diz-se dos indivíduos que eles têm maior ou menor empregabilidade, que podem melhorá-la ou piorá-la, que podem inclusive perdê-la inteiramente” (CARDOSO, 2003, p. 99) por diversas razões. No novo discurso, a empregabilidade é transferida para o mercado.

O termo empregabilidade “refere-se às qualificações, conhecimentos e competências que aumentam a capacidade dos trabalhadores para conseguir e conservar um emprego, melhorar o seu trabalho e se adaptar às mudanças” (MARTÍNEZ GARCÍA, 2005, p. 54s). Há, pelos menos, dois princípios por trás desse conceito: o de que o desemprego tem como causa a baixa empregabilidade da mão de obra, ou seja, a sua inadequação

frente às exigências do mercado (BAPTISTA, 2004, p. 136) e o fato de se viver em um cenário de trabalho em que os empregos de longa duração são cada vez mais raros.

A noção de empregabilidade desloca o acento para as diferenças na capacidade de acesso a postos de trabalho. O desemprego é decorrência “do fato de que determinados indivíduos (os desempregados) não investiram adequadamente em si mesmos para tornar sua força de trabalho atraente para os empregadores, como os outros indivíduos (os empregados) o fizeram” (CARDOSO, 2003, p. 104-105).

No entanto, vale a pena trazer à tona a questão de fundo escamoteada por esse discurso: a da possível não empregabilidade de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Essa perspectiva de compreensão está presente em Castel (1998) e Gorz (2004). Analisando as transformações ocorridas, sobretudo, no último quartel do século XX, especialmente as que envolvem um encolhimento do trabalho assalariado, os estudiosos veem como plausível a possibilidade da não empregabilidade de todos. As sociedades estariam entrando numa página da história em que se veria o retorno de parcelas de trabalhadores que seriam dispensáveis para a economia. Não há criação de postos de trabalho suficientes para abrigar todos os candidatos a uma vaga. Ou seja, a problemática da não empregabilidade diz, simplesmente, que não há emprego para todos.

Esta nos parece ser uma intuição que não pode ser ignorada sem mais. Essa visão tem a vantagem de reconhecer problemas estruturais, políticos e econômicos. O problema do desemprego ou da não empregabilidade não estaria prioritariamente na desqualificação dos trabalhadores. A responsabilidade pelo emprego é civil ou de Estado. Esse aspecto foi inteiramente ignorado por todos os jovens entrevistados. Fica-lhes extremamente difícil, a partir do lugar social em que estão inseridos, perceber as causas mais objetivas e estruturais pelas quais estão desempregadas ou subempregadas – quando conseguem algum emprego. Premidos ou pelo “agulhão da fome” (MÉDA, 1995, p. 142) ou

pela ânsia de não ficarem inteiramente excluídos, precisam “correr atrás”.

Do exposto até aqui, pode-se concluir o seguinte: na sociedade salarial

o direito ao trabalho tinha estatuto de um direito civil. Logo, o desemprego era responsabilidade civil ou de Estado. A empregabilidade, ao substituir o direito pelo mercado, institui como única responsabilidade aquela do trabalhador por encontrar um emprego para si. Logo, o desemprego lhe deve ser imputado (CARDOSO, 2003, p. 111).

A qualificação aparece como exigência decorrente do processo de reestruturação do mercado de trabalho.

O novo padrão produtivo e as novas formas de organização do trabalho requerem um novo perfil de trabalhador. O trabalhador fordista tornou-se obsoleto aos olhos dos empregadores. As exigências de maior participação, de envolvimento dinâmico com os objetivos da empresa, o trabalho em equipe, saber responder às circunstâncias novas e inesperadas, entre outras, requerem habilidades que o trabalhador especialista não desenvolveu. Até aí não haveria nenhum problema. O fato é que essa tendência se alastrou para todos os setores e serviços. A questão que aqui nos interessa não é tanto a justeza dessas reivindicações por parte dos empregadores em situações particulares, quanto sua real necessidade geral e o discurso ideológico que sobre ela se construiu.

Houve, na década de 1990 para cá, uma elevação do patamar de formação básica. Dados oficiais dão conta de que entre 1995 e 2000, “formaram-se 10 milhões de trabalhadores qualificados, justamente no período em que o desemprego mais cresceu, passando, segundo o IBGE, de 4,5 milhões de trabalhadores, para 7,6 milhões” (POCHMANN, 2001, p. 171). Em um contexto em que coincidem a existência de mão de obra excedente, uma elevação do nível de escolarização, a contração da oferta de postos de trabalho, os empregadores podem se dar ao luxo de serem mais seletivos na hora da contratação, recusando aquela parcela de mão de obra menos qualificada e, em contrapartida, elevar o patamar de formação básica requerida para selecionar seu pessoal.

Mas, como adverte Pochmann (2007, p. 65), “a expulsão do trabalhador de baixa escolaridade nem sempre se deve ao novo conteúdo de trabalho, mas à possibilidade de contratar pessoas mais qualificadas, mantendo ou até diminuindo o salário pago”. A substituição de trabalhadores com menor escolaridade por outros de maior nível educacional seria de “oferta e não de demanda de força de trabalho” (POCHMANN, 2002, p. 77).

A escolarização sempre funcionou como uma preparação para o mercado de trabalho. No entanto, parte da bibliografia sobre qualificação da mão de obra sustenta que o Brasil se especializou, no contexto da divisão internacional do trabalho, na criação de empregos precários de baixa remuneração e de baixo nível educacional. As ocupações que mais cresceram nos anos 1990 têm essas características. (Cf. POCHMANN, 2001, p. 72; SALGADO, 2006).

Não se vê uma relação direta entre educação, qualificação e emprego no Brasil. Mesmo com um avanço educacional, o desemprego e a precarização do trabalho continuam sendo uma realidade. Assim, como afirma Pochmann (2001, p. 73),

a tese generalizada de que o avanço educacional seria suficiente para superar as atuais mazelas no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro perde credibilidade, especialmente quando o processo de aprendizagem encontra-se subordinado exclusivamente a uma funcionalidade.

Nestas circunstâncias, uma possível tese consiste em afirmar que os empregadores valem-se dessa realidade para, por um lado, elevar as exigências de qualificação e, por outro, desvalorizar os níveis de formação (PAIVA; POTENGY; CHINELLI, 1997, p. 136-141). Essa última tendência reforça as desigualdades sociais e interrompe a perspectiva de ascensão social. “Novos *mixes* combinam hoje elevada escolaridade/sofisticação e complexificação da formação com baixos salários e *status* declinante” (PAIVA; POTENGY; CHINELLI, 1997, p. 136).

Na maioria dos casos, não está claro se a demanda por escolarização é uma real necessidade técnica do processo produtivo, ou se é simples-

mente um recurso para recrutamento e seleção de mão de obra. “O nível de escolaridade pode ser um atributo valorizado pela empresa como forma de seleção e não como consequência de mudanças no processo de reestruturação, uma vez que existe uma maior oferta de trabalhadores escolarizados” (CERQUEIRA, 2003, p. 53).

A escolarização e a qualificação são cercadas por uma expectativa muito grande. Sobre elas se assenta a esperança (justa, diga-se de passagem) de melhores chances para se sair melhor num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e excludente. No entanto, a realidade não é tão dócil quanto o discurso dominante a faz parecer.

Diante dessa situação, os jovens dos estratos médios e superiores são levados a adiarem sua entrada no mercado de trabalho prolongando o tempo dos estudos na esperança de se posicionarem melhor quando a ele acederem. Este fenômeno serve para contornar a situação de desemprego a que os jovens estão mais expostos e representa uma motivação a mais para continuar por um período maior de tempo os estudos. Este atraso na entrada no mercado de trabalho pode ser compensado pela inserção em condições mais favoráveis de salário e de qualificação. Vê-se que o crescente desemprego e a menor capacidade de absorção de mão-de-obra que o mercado de trabalho apresenta, contribuem para o fenômeno do alongamento da juventude – analisado no segundo capítulo –, numa proteção da passagem pelos limiares que assinalam o ingresso na vida adulta.

No entanto, essa situação não condiz com a realidade de significativa parcela dos jovens pobres por uma dupla razão: primeiro, as premências econômicas interpõem sérios obstáculos para que esses jovens prossigam os seus estudos por mais tempo; segundo, nessas camadas sociais, a escolarização não se constituiu como um imperativo categórico e como condição *sine qua non* para a entrada no mercado de trabalho.

Esta realidade aparece para os jovens com uma dramaticidade muito grande. Se no período histórico anterior, as possibilidades de se conseguir um emprego estável e de qualidade, e dessa

maneira construir uma trajetória de vida, eram favoráveis, estas condições se esfumam rapidamente. A sociedade não é capaz de oferecer perspectivas reais de futuro para as novas gerações vindouras e condições para prosseguir no sonho da ascensão social (POCHMANN, 2002, p. 127). O Brasil, para absorver o contingente de trabalhadores que chegam anualmente ao mercado de trabalho, teria que criar algo em torno de 1,5 milhão de empregos por ano durante vários anos seguidos. “O enfraquecimento do assalariamento com carteira pode significar a redução de oportunidades ocupacionais para os jovens quando esses chegarem à vida madura” (DEDECCA, 1998, p. 161).

Possivelmente por essas razões, estudos com jovens urbanos pobres revelam que “a escolaridade parece constituir um critério ainda secundário quando estão em jogo os empregos acessíveis ao jovem desta classe” (GOMES, 1997, p. 54). Alguns fatores que, segundo a pesquisadora, podem contribuir para esta “recusa da escola”: “fraco impacto da escolaridade na vida da geração anterior”; “o valor que as pessoas atribuem à educação escolar é proporcional à familiaridade delas com as coisas que dizem respeito à escola”; uma discrepância entre o discurso e a prática; percepção, por parte dos jovens, de que trabalhadores com mais estudo trabalham na mesma fábrica, no mesmo setor com outros com menor grau de instrução; por fim, num contexto de grande desemprego, de flexibilização e precarização do trabalho, a racionalidade leva à conclusão de que tanto esforço não parece ser compensador, uma vez que a escolaridade é percebida como tendo pouco impacto (GOMES, 1997).

De modo geral, pode-se ver nos depoimentos uma valorização da escola. No aproximar-se da lupa, no entanto, nota-se uma tendência a relativizá-la. Com exceção de uma das jovens – que conta com o ensino fundamental completo –, todos os demais concluíram o ensino médio. Por um lado, a escola marca por seu lado mais racional e menos pelos conteúdos veiculados por ela. Referem-se com naturalidade à escola como o espaço de construção de amizades e de vivências

gratuitas (SALLAS, 2008, p. 237). É um espaço de contato com outras pessoas. A escola constituiu-se, pois, em um espaço de socialização, na “segunda socialização” (BERGER; LUCKMANN, 1995) depois da primeira, a família, em que há uma abertura do leque de vínculos para além dos laços familiares.

Por outro lado, a questão dos conteúdos veiculados na escola, na afirmação de alguns jovens entrevistados, se salva por conta do esforço de alguns professores que conseguem cativar os alunos por seu jeito pessoal. No meio da massa informe do sistema educacional, sobressaem-se algumas experiências mais personalizadas, como informa o testemunho da Luzia:

Para mim a escola foi importante e eu fazia questão de ir, porque me sentia acolhida, não pelas pessoas, mas porque eu adorava ficar na biblioteca. Tinha professoras que eu gostava muito, que me incentivavam a ler, a fazer poesia, me inscreviam em concurso sem eu saber, e eu gostava. Era um lugar em que eu tinha amigos.

Essas são as experiências realmente marcantes para esses jovens. Todo o mais se insere numa perspectiva da escola como “obrigação”, como lugar onde se consegue um diploma, valorizado mais pelo mercado de trabalho do que por eles mesmos, razão pela qual a escola também assume um caráter e uma relação predominantemente instrumental (SPOSITO, 2000, p. 90).

É perceptível um fosso crescente entre as expectativas dos alunos em relação à escola e o que ela, como instituição socializadora, efetivamente oferece. Por um lado, com todo o processo de massificação da escola, ocorreu a entrada dos jovens de periferia na escola, antes excluídos desse direito. Por esse movimento, “esses jovens trazem consigo para o interior da escola os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente, interferindo nas suas trajetórias escolares e colocando novos desafios à escola” (DAYRELL, 2007, p. 1116).

Por outro lado, a escola não está preparada para acolher em seu interior essas novas realidades. Enquanto a clientela assistida pela escola ampliou-se e diversificou-se muito, a escola segue se organizando sem grandes alterações, isto

é, de forma homogênea e homogeneizadora. As marcas da juventude desaparecem dos espaços institucionais e geralmente retornam a eles pela ação ativa e muitas vezes transgressora dos próprios jovens (CORTI, 2007). “Não houve ainda uma adequação da estrutura escolar a esta nova realidade” (DAYRELL, 2007, p. 1116). Esse tratamento acaba por fazer da escola uma reproduzora das desigualdades sociais.

Não podemos esquecer que os alunos chegam à escola marcados pela diversidade, reflexo dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social, evidentemente desiguais, em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações sociais, prévias e paralelas à escola. O tratamento uniforme dado pela escola só vem consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos (DAYRELL, 2006, p. 140).

A desmotivação e o desinteresse pela escola se devem a um conjunto complexo e abrangente de razões que envolvem a situação socioeconômica-cultural, a própria escola e o contexto socioeconômico brasileiro. Muitas das experiências e vivências desses jovens são simplesmente ignoradas no contexto escolar. A escola, por isso mesmo, está distante dos interesses e necessidades dos jovens. Assim, ela se torna uma obrigação necessária. Em sua pesquisa com jovens pobres, Dayrell avalia que:

As experiências escolares desses jovens, mesmo diferenciadas, deixam claro que a instituição escolar mostrou-se pouco eficaz no aparelhamento deles para enfrentar as condições adversas de vida com que vieram se defrontando, pouco contribuindo para a sua construção como sujeitos. Para grande parte deles, a escola se mostrou distante de seus interesses e necessidades, reforçando o sentimento de incapacidade pessoal. A escola ainda reitera uma visão de futuro, uma lógica do “adiamento das gratificações” numa sociedade que fecha as possibilidades de mobilidade social (DAYRELL, 2005, p. 290).

A lacuna existente entre a escola e a “realidade lá fora” preocupa os jovens. A fala da Luzia é reveladora desse desnível:

Muitas escolas não estão mostrando a realidade, é assim que está sendo lá fora. Ela não ajuda a mostrar o que o mundo hoje exige de você. Isso a escola não oferece, isso você entende depois que sai, faz vários cursi-

nhos, conversa com pessoas que fazem faculdade. É aí que você começa a perceber, nossa, como fui defasada, como perdi tanta coisa, quando acho que a escola poderia ter passado tanta coisa para mim e não passou. Eu acho que isso deixa a desejar bastante.

Nesse contexto em que a escola tornou-se desinteressante, percebe-se nos jovens um estímulo maior pelo trabalho do que pela escola. A necessidade do trabalho mobiliza mais profundamente do que a contribuição que a escolarização poderia efetivamente oferecer a esses jovens. A escola parece dizer menos a eles do que o trabalho, mesmo difícil e precário. Visto de outra perspectiva, “a escolaridade já não se afigura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho” (SPOSITO, 2005, p. 90). Em tal contexto, os jovens parecem dar-se conta de que o investimento escolar por si só já não basta mais (SALLAS, 2008, p. 228).

A escola, como instituição socializadora por excelência que fora, ao lado do trabalho, perde seu monopólio e importância junto a esses jovens. Ao mesmo tempo, vê-se imersa numa contradição, a saber: em um mundo de inovações técnicas e organizacionais e em que o imaterial progressivamente vai despontando como exigência, a escola é, simultaneamente, mais fundamental do que nunca e mais descartável.

A educação, embora seja cada vez mais necessária, não é mais suficiente para garantir ao jovem o sucesso merecido ao longo de sua trajetória de vida. Em outras palavras, a educação não é o único passaporte para o emprego, mas permanece como requisito capaz de evitar os piores constrangimentos impostos pela marginalização juvenil (POCHMANN, 2007, p. 40).

Num mercado de trabalho competitivo como o brasileiro e numa economia que segue gerando empregos de baixa remuneração para este tipo de trabalhador, os anos e recursos investidos na formação, frequentemente são vistos pelos jovens como desperdício e sem o impacto esperado. “Eu desisti de estudar porque vi aqui que as pessoas que terminaram os estudos não tinham bom emprego. O estudo não valeu nada”, afirma categoricamente Mariana. A mesma opinião é compartilhada por Tina, que, referindo-se às colegas

com ensino superior, disse: “Eu vejo muita amiga minha formada e tá trabalhando e ganhando 300, 400 reais por mês”.

A bem da verdade, pensando dessa maneira, esses jovens agem racionalmente. Ainda que de maneira intuitiva, fazem um cálculo que envolve o investimento em qualificação e o possível retorno desse investimento, e isso em termos de tempo e de recursos financeiros. “Se eu tivesse que fazer uma faculdade, eu não faria. Porque eu iria investir muito tempo para estudar, para me formar em algo que eu não sei se teria retorno”, conta a Luzia.

Prevedo o acirramento na competição pelos restritos postos de trabalho, num contexto em que as possibilidades de fazer uma faculdade estão se multiplicando, muitas vezes em condições de qualidade altamente criticáveis, Carlos acredita que a escolha da instituição em que se ingressa não pode ser ignorada. A credibilidade da instituição de ensino superior faz parte do passaporte para um emprego.

No futuro, o que vai ser, o que vai mandar, é a faculdade, a instituição em que você fez o ensino superior. Não sei se é verdade. Falam muito que o que vai contar é o instituto em que você fez o ensino superior, onde você se formou. Agora não sei se é verdade. Claro, se tem um cara que vai falar “eu fiz a universidade na Universidade Federal do Paraná” e o outro falar “eu fiz, por exemplo, universidade paga”, o cara [o empregador] vai mais na do que fez a Universidade do Paraná, mais por causa do nome: instituição pública.

Entretanto, na impossibilidade e mesmo na não viabilidade de frequentar uma universidade, as atenções se voltam para os cursos de qualificação. Esses são mais curtos e mais focados, atendendo às suas condições.

Tanto é assim que a Luzia, enquanto fazia o ensino médio, buscou alguns trabalhos e procurou fazer algumas economias com vistas a fazer algum curso de qualificação. Sabia que a escola era limitada. Esse expediente, aliás, é buscado pela maioria dos jovens. Todos eles relatam ter feito cursos de qualificação. No cálculo que fazem, mostra-se como o caminho mais viável, em face de uma universidade aceita pela maioria, mas

projetada para um futuro praticamente intangível. Não negam a entrada na universidade – como já mostramos, dois tentaram o vestibular sem sucesso, mas desistiram de tentar novamente –, mas falam dela com um desalento muito grande, como quem diz: “não, isso não é para mim”.

Nas conversas com os jovens chama a atenção ainda um outro aspecto: a distinção entre escolarização e educação e a abrangência social e cultural dessa diferença. A Luzia a expressa da seguinte maneira:

Eu só acredito que a educação é a base de tudo. Porque educar não é só você ensinar o abc, mas a ensinar o mundo lá fora, como olhar para a pessoa que está ao seu lado, a conviver com pessoas diferentes, aceitar a realidade de pessoas diferentes. Eu acho que educar não é tão pequeno, sabe, quando dizem que educação... realmente é um caminho para mudar o mundo, é, eu acredito que é, mas a educação verdadeira, não a educação de ir para a escola só e de colocar pessoas lá para te ensinar só o abc, a história do Brasil e acabou. Não é só isso, tem muito mais, muito, muito mais, sabe.

Esse tipo de escola é tributária de uma determinada concepção de aluno, de sociedade e de conhecimento gestados na sociedade moderna. O método dominante desta sociedade é o da distinção, da separação: separação entre escola e sociedade, mas que reproduzia também na forma aluno-professor e num determinado tipo de conhecimento, entendido mais como uma “coisa”, um bem estático de domínio de alguém, do que como uma relação, uma produção coletiva, que vai se enriquecendo e se alimentando na medida em que é partilhado.

Mesmo que seja uma categoria histórico-pedagógica, o “aluno” cristalizou-se como se fosse “uma realidade dada, universal, identificada imediatamente com uma condição de minoridade, seja da criança ou do jovem, marcada por uma relação assimétrica com o mundo adulto” (DAYRELL, 2007, p. 1119). Ou seja, a condição de aluno, neste contexto escolar, é marcada mais por sua passividade, pelo elemento de vazio e de abertura ao exterior. Neste mundo separado da sociedade, “esperava-se que o aluno fosse disciplinado, obediente, pontual e se envolvesse com os

estudos com eficiência e eficácia” (DAYRELL, 2007, p. 1119).

A mesma escola que faz os “alunos”, reproduz uma determinada concepção de conhecimento. A ênfase tradicional da escola, e contestada na fala da Luzia, recai sobre a transmissão do conjunto de conhecimentos histórica e socialmente acumulados pela sociedade.

Tais conhecimentos são reduzidos a produtos, resultados e conclusões, sem se levar em conta o valor determinante dos processos. Materializado nos programas e livros didáticos, o conhecimento escolar se torna “objeto”, “coisa” a ser transmitida. Ensinar se torna transmitir esse conhecimento acumulado, a aprender se torna assimilá-lo (DAYRELL, 2006, p. 139).

Dessa maneira a escola esconde e reproduz uma determinada concepção de educação, de ser humano, de processos formativos e de sociedade.

Expressa uma lógica instrumental, que reduz a compreensão da educação e de seus processos a uma forma de instrução centrada na transmissão de informações. Reduz os sujeitos a alunos, apreendidos sobretudo pela dimensão cognitiva. O conhecimento é visto como produto, sendo enfatizados os resultados da aprendizagem e não o processo. Essa perspectiva implementa a homogeneidade de conteúdos, ritmos e estratégias, e não a diversidade (DAYRELL, 2006, p. 140).

As transformações socioculturais em andamento atestam a insustentabilidade dessa visão dicotômica de mundo e de educação. Atualmente, as novas tecnologias da informação e da comunicação tiram dos professores o monopólio da informação. Ao mesmo tempo, a escola é atingida por aquilo que se convencionou chamar de “desinstitucionalização do social” (SPOSITO, 2005; DAYRELL, 2006; DAYRELL, 2007), entendido não como a extinção das instituições, mas como “a existência de um processo de mutação que transforma a própria natureza da ação socializadora da escola, fazendo que parte importante do processo seja considerada tarefa ou ação do próprio sujeito sobre si mesmo” (SPOSITO, 2005, p. 94-5).

As mudanças socioeconômicas e culturais em curso, com destaque cada vez maior para as novas tecnologias da informação e da comunicação,

produzem progressivamente o desmoronamento dos muros que antes protegiam a escola, o trabalho e a família de interferências externas (DAYRELL, 2007) e, por conseguinte, partilham e facilitam o acesso aos conhecimentos. Nesse movimento, os jovens de periferia – mesmo em condições limitadoras – percebem as carências da escola, as assimetrias entre “o mundo lá fora”, nas palavras da Luzia, e a instituição escolar, que ainda acredita ter o monopólio exclusivo do conhecimento, mas que consegue explicar o ruir dos muros da escola apenas em termos de disfunções, de desordens.

Por trás da insatisfação desses jovens em relação à escola pode-se ler simultaneamente uma resistência e um desejo. Querem ser vistos e tratados menos como depositários passivos de conhecimento (alunos) e mais sujeitos socioculturais. Reclamam um espaço maior para a sua experiência de vida, como matéria-prima a partir do qual articulam sua própria cultura, entendida aqui como “conjunto de crenças, valores, visão de mundo, *rede de significados*” (VELHO, 2003, p. 63), isto é, “expressões da inserção dos indivíduos em determinado nível da totalidade social, que terminam por definir a própria natureza humana” (DAYRELL, 2006, p. 141).

Compreendida assim, a cultura só existe a partir da constatação da diferença, como observa Velho (2003). Entretanto, o processo de homogeneização encetado pela escola acabou por ocultar, por um lado, essas diferenças culturais em seu interior, e, por outro, através de um processo de universalização de uma determinada cultura – a cultura hegemônica das classes médias e altas –, impôs uma cultura exógena às camadas mais populares (FRIGOTTO, 2004).

Nesse contexto, é de se compreender que o mais marcante relatado por esses jovens fossem aqueles momentos – raros, diga-se de passagem – em que foram tratados e valorizados por suas potencialidades individuais, situações em que escaparam da homogeneização e da massificação da sua condição de alunos.

Desvelam também o desejo de serem reconhecidos no interior da instituição escolar, tam-

bém como jovens e não apenas como alunos. Querem que, ao adentrarem o mundo escolar, suas características e condição juvenil não tenham que ficar fora dos muros ou ser simplesmente ignoradas. Além disso, querem ser vistos não “na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer” (DAYRELL, 2007, p. 1117). Ou seja, não exclusivamente como momento de passagem de uma etapa da vida para outra. Os jovens tendem a valorizar mais o tempo presente, em detrimento do tempo futuro, apontado sempre como promessa, mas, muitas vezes, percebido por eles como irrealizável, portanto, como uma “mentira”.

A fala da Mariana é significativa porque chama a atenção para o sentido primigênio da vida: viver em condições dignas, de segurança.

Para mim, ter estudado até a oitava série valeu a pena. Mas isso para mim. Porque, se for por outro lado, não. Porque tem que terminar tudo, tem que fazer não sei o quê, tem que fazer curso... para poder ser alguém na vida. Eu sou alguém na vida sem precisar estudar. Eu sou alguém na vida sem precisar de estudo, sem precisar de um diploma.

As exigências sociais em termos de escolarização podem ser, em certas situações sociais, opressivas e sufocantes. Em condições em que as possibilidades de inserção social e a promessa de mobilidade social são bloqueadas ou extremamente dificultadas (JANNUZZI, 2002), o que em outro contexto poderia ser libertador, estimulante, transforma-se em um peso esmagador. As exigências escolares passam a ser vistas como “lei”, como obrigação: “É lei de um lado, é lei de outro, exigência de um lado, exigência de outro”, comenta ainda a Mariana. Mas, a pergunta é: para quê? E nisso percebem que a sociedade é contraditória: ela promete melhores condições para quem estuda, se esforça, mas não as oferece. A situação em que se encontram é a melhor prova. O fato de não continuarem a apostar nos estudos pode ser vista como um derrotismo, sim, mas com mais razão ainda como resistência: preservar-se da mentira da sociedade. Nesse caso, é de

se perguntar se o problema é apenas dos jovens, ou da sociedade como um todo.

No Brasil, a preocupação com a universalização da educação como elemento constitutivo da cidadania é relativamente recente. Mesmo com todos os esforços realizados, o analfabetismo ainda não foi inteiramente superado. O analfabetismo funcional persegue ainda cerca de 20% dos jovens brasileiros. Outras questões, algumas novas e resultantes desse movimento, desafiam a sociedade brasileira. A questão do acesso à universidade permanece sendo antiga. Em nosso país, a universidade segue sendo um privilégio para uma minoria. Apenas 13% dos jovens entre 20 e 24 anos encontram-se na universidade. Essa situação é mais dramática para os jovens pertencentes às famílias de baixa renda: apenas 11% deles terminam o ensino superior (POCHMANN, 2007, p. 37). Assim, ao contrário de outros países, onde o funil foi elevado à universidade, produzindo “os excluídos do interior”, no Brasil o acesso ao ensino superior continua sendo o gargalo entre a inclusão e a exclusão (BOURDIEU, 1997, p. 481-486).

A expansão e a facilitação do acesso à escola trouxeram outros desafios, que já não dizem mais respeito exclusivamente à relação escola e não escola, mas àquelas resultantes do interior desta instituição. Como vimos, um dos eixos deslocou-se para o seu interior. Já não basta mais simplesmente acessá-la, mas perscrutar o seu universo em termos de concepção e qualidade do ensino oferecido e a atenção concedida às individualidades. O simples acesso a ela não é garantia de uma educação de boa qualidade (FRIGOTTO, 2004, p. 191).

Assim, a escola encontra-se em uma encruzilhada. Por um lado, “embora seja cada vez mais necessária” (POCHMANN, 2007, p. 40) para garantir ao jovem de hoje perspectivas reais de entrada no mercado de trabalho, por outro lado, ela “já não se afigura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho” (SPOSITO, 2005, p. 90).

E os jovens oriundos das camadas mais pobres da sociedade são aqueles que mais se ressen-

tem com essa situação. Ainda que não exclusivamente, como vêm demonstrando pesquisas realizadas com jovens também de outras camadas sociais (BARBERÍA, 2009).

Essa situação traz à tona um elemento mais de fundo, abordado por Gorz (2003, p. 169-176) e Touraine, entre outros. Touraine (2006, p. 79), por exemplo, fala em “dissociação” entre dois universos – o universo pessoal e o social – para lançar luzes sobre o drama vivido por esses jovens: “dissociação entre o sentido que uma atividade tem para a sociedade e o sentido que ela tem para quem a exerce”. Parcela dos jovens já não encontra mais na sociedade, no trabalho e na escola, um sentido para as motivações pessoais mais profundas. A escola foi concebida, ao longo da modernidade, para preparar e socializar os jovens. Neste contexto, a educação centrou-se na perspectiva da socialização e na ideia de que a socialização bem-sucedida cria indivíduos livres e responsáveis. Mas, essa concepção, analisa Touraine, ainda que tenha prosperado durante muito tempo, já não dá mais conta da complexidade da realidade. Pelo contrário, ela reforça hoje mais as desigualdades e multiplica os privilégios de uns e os obstáculos de outros. E o caminho já

não aponta mais para a socialização, mas para a necessária individualização do esforço educativo (TOURAINÉ, 2006). Essa dissociação aparece na fala da Mariana, quando diz: “Eu sou alguém na vida sem precisar estudar. Eu sou alguém na vida sem precisar de estudo, sem precisar de um diploma”.

O falta de motivação, o desinteresse e a indiferença para com a escola são um fator determinante, não exclusivo, do abandono da escola. De modo geral, atribui-se à situação de pobreza e/ou à entrada no mundo do trabalho a responsabilidade pela evasão escolar (DAYRELL, 2005, p. 201-204).

Em decorrência, a oferta maior que a demanda, na hora da contratação, e a corrida pela captação das melhores oportunidades de trabalho, acabam por acirrar um espírito de competitividade, em que os jovens oriundos das camadas pobres entram em desvantagem. Entram como potenciais perdedores numa luta que lhes é francamente desfavorável. Assim, são obrigados a assumirem aqueles trabalhos mais precários, mais instáveis e menos bem remunerados. E realizar incursões mais ou menos – de modo geral, mais – longas no mundo dos desempregados.

## 4 Vivências do tempo e sociabilidades

O tempo na vida dos jovens, sua utilização, importância e significado, é uma janela de entrada para investigar as sociabilidades e identidades que vão construindo ao longo deste período. O tempo é revestido de uma dimensão objetiva, cronológica, linear. Mas, ao ser apropriado pelos jovens, é modulado com significações de sentido muito subjetivas e que podem perdurar para o resto da vida. Dito de outra maneira, existe uma clara separação entre tempos interiores e tempos exteriores (MELUCCI, 1997, p. 7). Alguns são momentos vividos com muita intensidade, ao passo que outros não passam de constrangimentos que fazem parte da vida.

O modo de conceber e vivenciar o tempo não é um dado biológico, mas trata-se, antes, de uma dimensão social que muda com a sucessão das gerações (LECCARDI, 2005). Neste sentido, o “tempo é uma das categorias básicas através da qual nós construímos nossa experiência” (MELUCCI, 1997, p. 6). Por isso, investigar a dinâmica da ocupação do tempo livre por parte dos jovens é relevante para se compreender os sentidos do próprio tempo da juventude nas sociedades (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005). O leque de questões que envolvem o tempo dos jovens é vasto: família, grupos identitários e territoriais, escola, trabalho, religião, sexualidade, lazer (SALLAS, 2008). Não é nosso objetivo aqui tratar cada uma destas realidades. Pretendemos concentrar a nossa atenção sobre o tempo na perspectiva de captar elementos para uma análise das sociabilidades e identidades dos jovens pobres. Assim mesmo, começaremos com alguns aspectos mais descritivos do seu lazer.

As amizades são de grande importância na vida dos jovens e cujo cultivo demanda boa parte do seu tempo. Todos têm amigos mais íntimos,

que são em número menor. Mas, em torno deste núcleo, gira uma constelação de outros amigos dependendo do grupo de amigos com quem saem: “amigo leva amigo e daí vai conhecendo”, conta a Paula. Os amigos podem ser remanescentes do tempo da escola, do bairro, de outros bairros e mesmo virtuais, aqueles feitos nas redes sociais da web (*Orkut, Facebook* etc.).

A escola é um espaço privilegiado de fazer amigos. Chegam a incluir as amizades ali feitas como uma contribuição relevante desta instituição na sua vida.

O lazer juvenil constitui-se em espaço produtor de sociabilidade (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005) e demarcador de “circuitos” (MAGNANI, 2005) ou “territórios” (REGUILO CRUZ, 2006, p. 145) na medida em que os ajudam a conhecer e se apropriar da cidade e a transitar por caminhos e locais diferentes, coisa que o trabalho e a escola não seriam capazes de proporcionar. Os lugares que frequentam estão relacionados ao tipo de lazer, mas sempre em companhia dos amigos: parques, bares, estádio de futebol, campo de futebol da vila, praças, casas dos amigos, *shoppings centers*, cinema, etc.

A fruição do lazer está diretamente ligada à sua condição econômica. E vários dos jovens fazem menção ao fato de que os seus rendimentos limitam a sua inserção no mundo do lazer e da cultura. Nestas condições, visitam os pais, parentes e amigos, ou frequentam espaços gratuitos, como parques, por exemplo. No caso de permanecerem em casa, a televisão oferece uma alternativa barata de lazer, ela que é praticamente uma onipresença nos lares. Raramente vão ao cinema ou ao *shopping center*. Se um dos jovens é um assíduo frequentador deste último espaço, outro, ao contrário, o abomina. O Carlos reflete uma pos-

tura mais crítica tanto em relação ao consumismo quanto em relação à tendência de privatização dos espaços de lazer:

Não, não gosto de shopping. Acho que é uma coisa muito fútil, inútil. Eu só vou em shopping quando vou ao cinema. Não compro nada em shopping, não gosto de shopping. (...) Eu não sou nada consumista. Eu dou valor ao meu dinheiro, não sou de gastar à toa. As pessoas dizem “ah, eu vou no shopping”. Eu tenho uma raiva disso. Por que não vai no parque, tens uns parques tão bonitos em Curitiba. Por que vai no shopping?

O tempo é experimentado no dia a dia como longo ou curto, dependendo de como e em vista de quem é ocupado. Para os jovens que estão desempregados e cujo “trabalho” principal é procurar emprego, o tempo é experimentado como longo. Para Carlos,

[O dia] é longo porque, quando trabalhava, o tempo passava voando, adorava. Passava o dia ocupado. Agora, em casa, é muito ruim porque parece que o dia não passa. O dia não passa nunca, as horas são uma eternidade. Agora, para mim, o tempo está sendo muito longo.

A mesma percepção tem a Roberta, para quem o dia também é “muito longo, muito longo”. Nestes casos, o cotidiano é vivido na incerteza e na angústia de encontrar um emprego. Tudo o mais parece não satisfazer. A sequência das horas de um dia é monótona, vazia (DAYRELL, 2005).

Diferente é o caso da Mariana. Ocupada com a música e a coreografia, não ansiada pela necessidade de ter que encontrar um emprego, experimenta seu tempo de maneira diferente. Conta que esta atividade ocupa boa parte do seu tempo, e que ela requer tempo e paciência. Ela mesma diz gostar de fazer isso e nota-se a sua entrega a esta atividade voluntária.

As duas experiências diferentes de vivência do tempo permitem uma outra reflexão: com que intensidade a lógica do trabalho acaba atraindo para si não apenas o tempo dos trabalhadores empregados, mas também daqueles que se encontram desempregados. Ambos vivem o tempo todo – uns como empregados, outros como desempregados – em função do trabalho, razão pela qual Dominique Schnapper (1994) concebe

o desemprego como o reverso do trabalho, mas formando com ele uma grande unidade. E o grande desafio é, neste caso, como liberar o tempo das atividades sem fins lucrativos do tempo de trabalho.

A experiência da Roberta é, neste sentido, ilustrativa, mas também pelo fato da sua origem simples e sem muitos recursos econômicos. Mesmo vivendo sobriamente, às vezes passando realmente necessidades, é possível arrancar da lógica do capital parcelas de tempo vividas na sua gratuidade e altruísmo. Como reflete Gorz (2003, p. 117),

Os trabalhadores só descobrirão os limites da racionalidade econômica quando suas vidas não forem inteiramente preenchidas e suas mentes inteiramente ocupadas com o trabalho; quando, para falar de outro modo, um espaço suficientemente amplo de tempo livre a eles se abra para que possam descobrir uma esfera de valores não quantificáveis, os valores relativos ao “tempo de viver” da soberania existencial.

Então, realmente faltará tempo para todos, não porque estarão inteiramente absorvidos pelo trabalho, mas por outras atividades sem fins lucrativos, artísticas ou não, e cheias de sentido e de reconhecimento social.

Num mundo marcado por um sufocante individualismo, atitudes como a da Mariana, vão na contramão desta tendência. Ao sair de sua casa, deixar seus afazeres pessoais em segundo plano e organizar um grupo de música, não deixa de ser uma atitude altruísta edificante. Ao não cobrar por essa dedicação – e muitas vezes ainda pagar pequenas necessidades com o próprio dinheiro já escasso –, as crianças assistidas fazem a experiência da gratuidade. Vê-se na prática que nem todos os serviços precisam passar pela mercantilização.

O impulso para ter essa dedicação nasce não necessariamente de um apelo religioso, mas da satisfação de ver as crianças felizes e do reconhecimento vindo da comunidade. “É um dom que eu tenho. É uma coisa que eu gosto de fazer. E fico mais contente ainda quando vejo que a pessoa está se dedicando, querendo aprender, tá querendo ajudar. Quando vem mais pessoas querendo saber, aprender... é isso que importa”, explica a Mariana. Em outro momento, completa:

As minhas amigas têm muita curiosidade para saber de onde eu tiro os passos que eu faço [na coreografia], de onde eu pego música nova, porque eu gosto de pegar músicas novas que estão sendo lançadas agora. Agora essa coisa da dança está se espalhando mais, então o pessoal está chegando mais, querendo saber mais, tem aquela curiosidade. Existem amigas minhas que já têm filhos e querem que eu dê aula para eles também. Isso mais no final de semana, porque as crianças ficam em casa. Três amigas minhas têm filho único. E dizem: “nossa, no final de semana que ele fica em casa ele fica tão tristonho, não tem ninguém para brincar...” Agora a gente está levando essas crianças para o único lugar que a gente tem.

Nestas circunstâncias, a identidade é sempre um projeto inconcluso e em construção, e, portanto, um processo que acompanha a vida toda. Além disso, a formação da identidade se dá na vida. Ou seja, o trabalho e a escola são componentes importantes na construção da identidade, sem, no entanto, desconhecer a relevância dos outros espaços e dimensões da vida dos jovens. Nessa perspectiva, o lazer, as expressões culturais, o tempo livre, as amizades, devem ser contemplados como constituintes da identidade.

No horizonte de uma sociedade em que o futuro está anuviado, os jovens cultivam outra relação com o presente. O futuro não é negado, mas lido muito mais em vista do que se pode fazer no presente. Não que apostem tudo num presente inflacionado sem perspectivas de futuro, pior, amputado de qualquer futuro, leitura que se pode fazer da compreensão da Tina quando diz: “Eu curto muito o hoje, amanhã não sei se vou estar aqui ou não. Então, eu sou muito assim. Viver cada dia como se fosse o último”. Entretanto, também é sensato dizer que viver esse presente dessa maneira é vivê-lo na sua plenitude, com toda a sua intensidade, sem remetê-lo sempre a um futuro inatingível.

Concluindo, essa geração vive uma situação realmente paradoxal: eles vivem mergulhados em um contexto em que reina um pessimismo estrutural em relação ao futuro do mundo, mas individualmente são otimistas quanto à sua própria vida (WILKINSON, 2002). Procuram refúgio nos espaços menos instituídos e marcados mais pelas relações afetivas.

## Considerações finais

Historicamente, as condições de vida das populações mais pobres são marcadas pela vulnerabilidade. Viver tornou-se, na prática, um projeto diário, sujeito a circunstâncias quase sempre incontornáveis e aleatórias. No prazo de uma vida, é possível verificar os progressos resultantes de uma vida de trabalho duro e de muita economia. A promessa de que amanhã será melhor, dava suporte ideológico e social aos esforços pessoais e familiares. As novas gerações cresciam e assimilavam este modo de viver e de olhar para o mundo.

Os jovens pobres vivem em um mundo que passou por rápidas e profundas transformações que estão afetando a sociedade inteira e todas as dimensões da vida. Tomam contato com uma sociedade que já está transformada pelo impacto da mundialização e da revolução tecnológica informacional, quase completamente capitaneadas pelo sistema neoliberal, mas cujos efeitos em suas vidas são difíceis de serem percebidos, ou por seu caráter de estranheza ou por serem extremamente familiares.

A baixa renda representa uma forte carga de restrições a que são submetidos, muito à semelhança de seus pais, e que interfere diretamente nas condições de moradia, de satisfação das necessidades básicas e de fruição da vida. Ligada às condições de qualificação e de trabalho, constitui um círculo vicioso difícil de romper.

Para todos eles, a realidade do trabalho está presente desde cedo. Em casa, são instados a ajudarem os pais nos afazeres domésticos; quando maiores, a realizarem alguns serviços externos, como fazer pagamentos ou compras. Dessa maneira, acabam tendo uma relação familiar com essas atividades. De modo geral, o trabalho-emprego também entra cedo em suas vidas. Com finalidades múltiplas, começam a se aventurar no

mercado de trabalho. Falam do trabalho não tanto em termos da profissão, mas do que ele pode lhes proporcionar: autonomia em relação à família, incursões pelo mundo “lá fora”, dinheiro para os seus consumos. Referem-se às injustiças e humilhações que sofreram, bem como à falta de reconhecimento pelo trabalho que fizeram.

Os trabalhos disponíveis para os jovens destas camadas sociais são, geralmente, aqueles caracterizados pela precariedade – informais, temporários, intermitentes e mal pagos. Sendo um trabalho temporário, os próprios jovens preferem que esses “bicos” não sejam registrados na Carteira, pois têm a potencialidade de “sujá-la”. Neste caso, é melhor que não constem, mesmo que mais adiante falem como experiência de trabalho já adquirida e que, portanto, não pode ser comprovada, coisa de que também reclamam com frequência.

As temáticas da experiência profissional e da qualificação ganham grande importância nos relatos dos jovens entrevistados. Na percepção destes, não há propriamente falta de empregos. O grande gargalo, na visão destes jovens, estaria na falta de oportunidades para os inexperientes. As infrutíferas tentativas de busca de empregos são tributadas à falta de experiência. Outro fator determinante seria a qualificação. É senso comum entre eles que o ensino médio é condição insuficiente para se conseguir um emprego. Frente a isso, as atitudes que tomam são basicamente três: estudar mais ou fazer cursos de qualificação. Outros ainda, diante do gargalo representado pela formação/qualificação, desistiram de estudar e não mostram interesse em retornar às salas de aula. Estão céticos quanto ao retorno que este esforço poderia trazer.

Assimilaram a ideia de que as causas do desemprego são de ordem pessoal. Introjetaram o

discurso dominante de que cada qual é responsável pela sua capacitação para se manter empregável. Entretanto, o discurso da individualização da responsabilidade pela empregabilidade é ideológico e, portanto, falso, enganoso.

Em decorrência deste estratagema, não conseguem fazer uma relação entre as grandes mudanças ocorridas no Brasil nos anos 1990 para cá e os impactos sobre o trabalho. A última revolução tecnológica, num contexto de mundialização e de implantação de políticas neoliberais, reverberou sobre o mercado de trabalho, atingindo de modo frontal os jovens, especialmente os jovens das camadas mais simples. As exigências de qualificação são maiores em decorrência da entrada das novas tecnologias em todos os espaços, quer nos diretamente produtivos, quer nos setores de serviços. Há nichos produtivos carentes de mão de obra especializada. Entretanto, também é verdade que a elevação das exigências em termos de qualificação é um estratagema utilizado como forma de seleção. Ou seja, diante de uma oferta generosa de mão de obra qualificada, o mercado pode se dar ao luxo de selecionar apenas os melhores. As chances de os mesmos sempre serem selecionados acaba aumentando as possibilidades de que os outros sejam sempre relegados. Suspeitamos que esse lado estrutural das razões do desemprego esteja velado para esses jovens.

Apesar de saberem das dificuldades de conseguir um outro emprego, nem por isso se aferram a ele com “unhas e dentes”. Ultrapassados certos limites suportáveis por eles, são capazes de pedir demissão. As circunstâncias podem se referir às condições do trabalho – trabalho intenso, repetitivo, feito com remuneração que não compensa o esforço –, assim como a questões pessoais – cuidar do filho, no caso das mulheres. É possível vislumbrar nessas atitudes, graus de liberdade que mantêm em relação ao trabalho. A opção de pedir o desligamento não suplanta os casos de demissão sofrida.

Para os que estão desempregados, a busca de um novo emprego demanda boa parte do seu tempo e acaba canalizando as atenções em torno disso. Deixar currículos diretamente nos estabe-

lecimentos pré-selecionados em vista do tipo de emprego que procuram ou ir às Agências do Trabalhador, são as formas mais comuns. Na medida em que o tempo vai passando e as tentativas acabam em nada, vão se desestimulando. As chances frustradas geram decepção, que, por sua vez, aumentam a angústia que sentem.

Entretanto, enquanto e até onde podem, não aceitam qualquer oferta de emprego que aparece. A distância e o trabalho em domingos e feriados são os critérios mais utilizados para declinar de uma proposta de emprego. Ninguém quer trabalhar aos domingos, a não ser que a remuneração seja compensadora da perda que terão. O domingo é o dia de descanso, mas também de fruição da vida, para sair com os amigos, passear, estar com a família.

Para os jovens desempregados, o tempo é vivido de maneira muito peculiar. A busca do emprego é cercada de um sentimento que mistura ansiedade, angústia, decepção e culpa. As demais atividades descansam em compasso de espera, caracterizando este tipo de desemprego como “total”. Nesse caso, o tempo é experimentado como longo, e o cotidiano como vazio. Quando, ao contrário, o emprego não é buscado de forma tão frenética, o que seria um espaço marcado pelo vazio, enche-se de atividades. Buscam-se atividades que ajudam a preencher o dia. São atividades em que prevalece o lado afetivo, de realização de si e que proporcionam um reconhecimento social. A maternidade, o caso de algumas das jovens pesquisadas, também ajuda a ocupar o tempo e a tornar o dia menos tedioso.

Deve-se observar que os jovens em absoluto se negam a trabalhar. Não se aplica a eles o jargão popular de que “só não trabalha quem não quer”. Não entendem como o mercado de trabalho pode ser tão duro com eles. Gostariam de encontrar maior complacência. Ao mesmo tempo, querem ter acesso a um trabalho que lhes proporcione as condições necessárias para uma fruição digna da vida.

Ao mesmo tempo, estão pouco preocupados com o conteúdo do trabalho e, portanto, também com possíveis mudanças. A preocupação com a

desregulamentação das leis trabalhistas é, para eles, um campo menos em voga, pois, em última instância na escolha entre ter um emprego, qualquer que seja o grau de proteção social que confere, é melhor do que não ter nenhum. Ter a carteira de trabalho registrada é a aspiração mais manifestada por eles, pelo que representa em termos de seguridade social. Indiretamente, o desemprego funciona como pressão para rebaixar o nível das exigências em termos de proteção social, círculo vicioso que se retroalimenta.

As tecnologias convergentes – telefone celular, computador e internet – são uma presença na vida desses jovens, se bem que não de forma igualitária. O telefone celular, ao lado do televisor, são os dois aparelhos mais universalizados. O computador e a internet estão menos presentes, mas o acesso a eles também se dá de outras maneiras – *lan house* ou casa de amigos. Acompanham, ademais, as tendências em nível nacional nesses quesitos.

O pobre é uma categoria social demonizada. Relaciona-se comumente a pobreza a violência e a perigo. E assim a sociedade como um todo estigmatiza os pobres. Os jovens são o grupo social mais exposto à violência, é verdade, mas a nossa pesquisa também trata de evidenciar que essa re-

lação não é automática nem generalizada. As causas da violência devem ser melhor investigadas.

Por fim, a nossa pesquisa constata que os jovens pesquisados vivem um paradoxo quanto ao futuro. Estruturalmente, reinam pessimismo e incertezas quanto ao futuro da humanidade na Terra e também quanto aos caminhos que deverão ser trilhados para responder aos grandes desafios da atualidade: desigualdades sociais, poder, fome, meio ambiente, etc. Os jovens pobres, por sua vez, mostram-se otimistas quanto ao seu futuro, apesar das limitações de todos os tipos que sofrem. Sabem que são marginalizados, subvalorizados, mas não se dão por vencidos. Estão investidos de uma energia revitalizadora muito grande.

A maneira como encaram a sua situação interpela a sociedade. Não se consideram excluídos. Sentem que fazem parte desta sociedade, ainda que de maneira marginal. E são um potencial humano desperdiçado, sem rumo, mas que clama por melhores condições de vida. E que, em outras circunstâncias, poderia ser aproveitado em vista da construção de um outro Brasil.

Centrar a atenção sobre como cultivam a sua identidade, num contexto marcado por adversidades, ajuda a captar sentidos e sensibilidades que não se encontram em outras camadas sociais.

## Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e contemporaneidade, São Paulo, ANPED, 1997, p. 76-95, n. 5/6.
- BAPTISTA, Tatiane Alves. O jovem trabalhador brasileiro e qualificação profissional: a ilusão do primeiro emprego. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BARBERÍA, José Luis. Generación ‘ni-ni’: ni estudia ni trabaja. *El País*, Madri, 22 jun., 2009.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BIGGART, Andy; FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred. Biografias de elección y linealidad transicional: nueva conceptualización de las transiciones de la juventud moderna. In: BENDIT, R.; HAHN, M.; MIRANDA, A. (Ed.). *Los jóvenes y el futuro. Procesos de inclusión social e patrones de vulnerabilidad en un mundo globalizado*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 49-71.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W.; \_\_\_\_\_ (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005, p. 129-148.
- BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005, p. 175-214.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A galáxia Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CERQUEIRA, Ana Cristina. *O novo perfil dos ocupados na indústria automotiva paulista na década de 90*. Campinas. Dissertação (mestrado em economia) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL. *L'économie de l'immatériel. La croissance de demain*. Relatório da Comissão sobre a economia do imaterial do governo francês, 2006.
- CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 15-33.
- CORTI, Ana Paula. No labirinto do Ensino Médio. *Sociologia especial*, São Paulo, ano I, N. 2, 2007, p. 16-23.
- DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- \_\_\_\_\_. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. 2. reimpres. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 136-161.
- \_\_\_\_\_. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out., 2007.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reorganização das relações de trabalho no Brasil. A flexibilidade é a única alternativa? In: CARVALHO NETO, Antônio Moreira de; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (orgs.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da PUC-MG, 1998.
- FEFFERMANN, Marisa. “Não existe o excluído”. *Revista Carta Capital*, São Paulo, 17 ago., 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2004, p. 180-216.

- GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres. Anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e contemporaneidade, São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997.
- GORZ, André. *Les chemins du Paradis: l'agonie du capital*. Paris: Galilée, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Capitalisme, socialisme, écologie: désorientations, orientations*. Paris: Galilée, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- IPEA. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, 2008.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 255-278, jul./dez., 2002.
- KLINGL, Érica. Brasil desperdiça R\$ 15,1 bilhões com baixa qualidade de ensino. Disponível em: <<http://educacao.ig.com.br/us/2009/11/08/brasil+desperdica+r+151+bilhoes+por+ano+com+baixa+qualidade+de+ensino++9037965.html>>. Acesso em: 08 de nov., 2009.
- LANGER, André. Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz. *Cadernos IHU*, ano 2, n. 5, 2004.
- \_\_\_\_\_. O mito da qualificação como requisito para a superação do desemprego. A odisseia da exclusão dos jovens no Brasil. In: ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). *O sindicalismo equilibrado. Entre o continuísmo e as novas práticas*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006, p. 239-258.
- LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005, p. 35-57.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov., 2005.
- MARAZZI, Christian. *O lugar da meia: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- MARTÍNEZ GARCÍA, Beatriz. Las nuevas formas de organización del trabajo: obstáculo para la construcción de una identidad. In: SCHVARSTEIN, L.; LEOPOLD, L. (Comps.). *Trabajo y subjetividad: entre lo existente y lo necesario*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F.. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MEAD, Margaret. *Cultura y compromiso. Estudio sobre la ruptura generacional*. 2. ed. Barcelona: Gedisa, 1980.
- MÉDA, Dominique. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e contemporaneidade, São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997.
- MOREIRA, Talita; BORGES, André. Agora, é a classe D que vai ao paraíso digital. *Valor Econômico*, São Paulo, 6 out., p. B3, 2009.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. 3ª ed. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PAIVA, Vanilda; POTENGY, Gisélia; CHINELLI, Filipina. Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho. A sociologia do trabalho para além da indústria. *Novos Estudos CEBRAP* n. 48, jul., 1997.
- PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e contemporaneidade, São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997.
- POCHMANN, Marcio. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *e-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. 2. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- REGUILLO CRUZ, Rossana. *Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 533-550, set./dez., 2008.
- SALGADO, Raquel. Mercado de trabalho cresce, mas vagas com baixa qualificação predominam. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 jan., 2006.

- SALLAS, Ana Luisa Fayet *et al.* *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencontros, juventude, violência e cidadania*. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- SANSON, Cesar. *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. Curitiba/PR. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, 2009.
- SCHEHR, Sébastien. *La vie quotidienne des jeunes chômeurs*. Paris: Presses Universitaires des France, 1999.
- SCHNAPPER, Dominique. *L'épreuve du chômage*. Paris: Gallimard, 1994.
- SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, jan.-abr., p. 73-94, 2000.
- \_\_\_\_\_. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005, p. 87-127.
- TORRES ALBERO, Cristóbal. Jóvenes y TIC: una afinidad electiva. In: TEZANOS, José Félix (Ed.). *Juventud y exclusión social: décimo foro sobre tendencias sociales*. Madri: Editorial Sistema, 2009, p. 471-494.
- TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- WASELFSZ, Julio Jacobo. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil – 2007*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana, RITLA; Ministério da Ciência e Tecnologia; São Paulo: Instituto Sangari, 2007.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.
- WILKINSON, Helen. Hijos de la libertad. Surge una nueva ética de la responsabilidad individual y social? In: BECK, Ulrich (Comp.). *Hijos de la libertad*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 81-118.
- WYN, Johanna. Nuevos patrones de la transición de la juventud en la educación en Australia. In: BENDIT, R.; HAHN, M.; MIRANDA, A. (Ed.). *Los jóvenes y el futuro. Procesos de inclusión social e patrones de vulnerabilidad en un mundo globalizado*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 33-47.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ZENTNER, Manfred. Jóvenes, cultura y nuevas tecnologías. In: BENDIT, R.; HAHN, M.; MIRANDA, A. (Ed.). *Los jóvenes y el futuro. Procesos de inclusión social e patrones de vulnerabilidad en un mundo globalizado*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 317-331.

# Temas dos Cadernos IHU

- Nº 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*  
Prof. Dr. Hilário Dick
- Nº 02 – *O mundo das religiões em Canoas*  
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.), MS Adevanir Aparecida Pinheiro, MS Inácio José Sphor & MS Geraldo Alzemiro Schweinberger
- Nº 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*  
Prof. Dr. Werner Altmann
- Nº 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linha Direta*  
Sonia Montañó
- Nº 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*  
MS André Langer
- Nº 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*  
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*  
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto
- Nº 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*  
Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes
- Nº 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*  
Prof. Dr. Atílio Hartmann
- Nº 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*  
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.)
- Nº 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*  
Prof. Dr. Hilário Dick (Coord.)
- Nº 12 – *Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes*  
MS Armando Triches Enderle
- Nº 13 – *O Escravidão Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender – A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação*  
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 14 – *Lealdade nas Atuais Relações de Trabalho*  
Lauro Antônio Lacerda d'Avila
- Nº 15 – *A Saúde e o Paradigma da Complexidade*  
Naomar de Almeida Filho
- Nº 16 – *Perspectivas do diálogo em Gadamer: A questão do método*  
Sérgio Ricardo Silva Gacki
- Nº 17 – *Estudando as Religiões: Aspectos da história e da identidade religiosos*  
Adevanir Aparecida Pinheiro, Cleide Olsson Schneider & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 18 – *Discursos a Beira dos Sinos – A Emergência de Novos Valores na Juventude: O Caso de São Leopoldo*  
Hilário Dick – Coordenador
- Nº 19 – *Imagens, Símbolos e Identidades no Espelbo de um Grupo Inter-Religioso de Diálogo*  
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 20 – *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização? Um Estudo de Caso*  
Lucas Henrique da Luz
- N. 21 – *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*  
Jaime José Zitkoski
- N. 22 – *A temática afrodescendente: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul*  
Jorge Euzébio Assumpção  
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Orgs.)

- N. 23 – *Emergência das lideranças na Economia Solidária*  
Robinson Henrique Scholz
- N. 24 – *Participação e comunicação como ações coletivas nos empreendimentos solidários*  
Marina Rodrigues Martins
- N. 25 – *Repersonalização do Direito Privado e Fenomenologia Hermenêutica*  
Leonardo Grison
- N. 26 – *O cooperativismo habitacional como perspectiva de transformação da sociedade: uma interlocução com o Serviço Social*  
Célia Maria Teixeira Severo
- N. 27 – *O Serviço Social no Judiciário: uma experiência de redimensionamento da concepção de cidadania na perspectiva dos direitos e deveres*  
Vanessa Lidiane Gomes
- N. 28 – *Responsabilidade social e impacto social: Estudo de caso exploratório sobre um projeto social na área da saúde da Unisinos*  
Deise Cristina Carvalho
- N. 29 – *Ergologia e (auto)gestão: um estudo em iniciativas de trabalho associado*  
Vera Regina Schmitz
- N. 30 – *Afrodescendentes em São Leopoldo: retalhos de uma história dominada*  
Adevanir Aparecida Pinheiro; Letícia Pereira Maria & José Ivo Follmann  
*Memórias de uma São Leopoldo negra*  
Adevanir Aparecida Pinheiro & Letícia Pereira Maria
- N. 31 – *No Fio da Navalha: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no Vale dos Sinos*  
Ângela Maria Pereira da Silva, Ceres Valle Machado, Elma Tereza Puntel, Fernanda Wronski, Izalmar Liziane Dorneles, Laurinda Marques Lemos Leoni, Magali Hallmann Grezzana, Maria Aparecida Cubas Pscheidt, Maria Aparecida M. de Rocha, Marilene Maia, Marleci V. Hoffmeister, Sirléi de Oliveira e Tatiana Gonçalves Lima (Orgs.)
- N. 32 – *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*  
Cesar Sanson
- N. 33 – *Globalização missioneira: a memória entre a Europa, a Ásia e as Américas*  
Ana Luísa Janeira



**André Langer** é licenciado em Filosofia pela PUCPR, mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos e doutor em Sociologia pela UFPR. Trabalha no Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, em Curitiba-PR.

**Algumas publicações do autor**

LANGER, André. Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz. *Cadernos IHU*, ano 2 – N. 5, 2004.

\_\_\_\_\_. O mito da qualificação como requisito para a superação do desemprego. A odisséia da exclusão dos jovens no Brasil. In: ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). *O sindicalismo equilibrista. Entre o contínuismo e as novas práticas*. Curitiba: PFPR/SCHLA, 2006, P. 239-258.

LANGER, A.; SANSON, C.; CORBELLINI, D. Brasil: pensar o trabalho na perspectiva do bem comum e da solidariedade. In: NEUTZLING, I. (org.). *Bem Comum e Solidariedade. Por uma ética na economia e na política do Brasil*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003, p. 115-130.